

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 12, N. 1, jan./jun. 2013



Clas. 75321 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
v.12 n.1  
jan./jun. 2013 ex. 2

## O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

## Principais Objetivos


- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

## Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

## Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessam pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos  
Arquivistas  
Brasileiros**

aab@aab.org.br  
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903  
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro  
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

R. 5321

## ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: [www.aab.org.br](http://www.aab.org.br)

*The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: [www.aab.org.br](http://www.aab.org.br)*

## Editor responsável/General Editor

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

## Editor técnico/Technical Editor

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

## Conselho Editorial/Editorial Board

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo  
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón, Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa  
Prof. Dr<sup>a</sup> Luciana Durantí, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)  
Dr<sup>a</sup>. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins  
Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ  
Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)  
Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

## Conselho Consultivo/Consultant Committee

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)  
Prof. Dr<sup>a</sup> Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina  
Prof. Dr<sup>a</sup> Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo  
Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Leandra Bizelo, UNESP  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do Governo do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

PER

en. 2

## FOCO E ESCOPO

**Arquivo & Administração** é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

### **Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB**

#### **Conselho Editorial**

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

### **A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções:**

**Artigos** - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

**Depoimentos** - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

**Notas de Pesquisa** - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

**Dissertações e Teses** - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

**Resenhas** - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

## FOCUS AND SCOPE

**Arquivo & Administração** is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:

### **Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB**

#### **Conselho Editorial**

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

The **Arquivo & Administração** journal has several different sections:

**Articles** – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

**Testimonials** – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

**Research** – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

**Dissertations and theses** – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

**Book reviews** – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).

## NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes normas editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em e-mail.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em *Foco e escopo*. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

### a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e

português (no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

### b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifique na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

### c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

### d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

### e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13).

Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA *et al.*, 1985);

#### **f) Notas de rodapé**

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

#### **g) Tabelas, gráficos e figuras**

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

#### **h) Títulos mencionados no texto**

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

#### **i) Lista de referências**

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

#### **RULES FOR SUBMISSIONS**

***Overseas authors are invited to contribute to the journal.***

*The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.*

- 1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).*
- 2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.*
- 3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).*
- 4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.*
- 5. No photographs will be published.*
- 6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.*

## SUMÁRIO

- EDITORIAL 3 *Lucia Maria Velloso de Oliveira*
- ARTIGOS 5 Facilitando a geração de arquivos na era do Facebook  
*Christopher J. Prom*
- 21 Políticas arquivísticas institucionais  
*Caroline Lopes Durce*  
*Renato Tarciso Barbosa de Sousa*
- 35 Os arquivos científicos e a legislação espanhola da ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação  
*Maria José Justo*
- 43 Ferramentas Web ao serviço do património documental dos Arquivos Distritais Portugueses  
*Sofia Margarida de Castro Barros*  
*Correia dos Santos*

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

ARQUIVO NACIONAL  
Reg. No 75324  
23 / 03 / 2017  
Biblioteca

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) . - Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.

Semestral.  
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo- Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD: 025.171

## EDITORIAL

O primeiro número da revista *Arquivo & Administração*, de 2013, apresenta aos seus leitores quatro artigos com temáticas relevantes na agenda arquivística: os arquivos e as redes sociais, as políticas institucionais de arquivos, o acesso à informação e ferramentas web. Iniciamos com a tradução de uma conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado de 18 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio das agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPERJ, além das instituições públicas Fundação Casa de Rui Barbosa, Casa de Oswaldo Cruz e Arquivo Nacional. O texto original, em inglês, foi publicado no livro *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. O artigo, de autoria do doutor em História Christopher J. Prom, arquivista e professor associado de Administração de Bibliotecas da Universidade de Illinois (EUA), com o título *Facilitating the generation of archives in the Facebook Era*, foi traduzido pela doutora e arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Maria Celina Soares Mello e Silva.

O segundo artigo, *Políticas Arquivísticas Institucionais*, de autoria do doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, professor assistente do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, e de Caroline Lopes Durce, discorre sobre o conceito de políticas arquivísticas institucionais, bem como pontua os requisitos necessários à sua implementação.

A questão do acesso à informação é apresentada no artigo *Os arquivos científicos e a Legislação espanhola da Ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação*, onde a autora, a doutora e diretora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) Maria José Justo, analisa a legislação espanhola considerando a natureza dos arquivos de ciência.

Concluimos esta edição com o artigo, *Ferramentas web ao serviço do património documental dos arquivos distritais portugueses*, de autoria da doutora Sofia Margarida de Castro Barros Correia dos Santos, arquivista e responsável pelo Serviço Educativo/Extensão Cultural do Arquivo Regional da Madeira (Portugal).

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista *Arquivo & Administração* é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

*Lucia Maria Velloso de Oliveira*  
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

## FACILITANDO A GERAÇÃO DE ARQUIVOS NA ERA DO FACEBOOK<sup>1</sup>

Christopher J. Prom<sup>2</sup>

Gostaria de agradecer o apoio que me foi concedido pela Comissão Fulbright do Reino Unido/Estados Unidos, que financiou a minha pesquisa no Centro de Estudos de Arquivos e Informação, na Universidade de Dundee, na Escócia.<sup>3</sup> O trabalho que realizei lá foi fundamental para desenvolver as ideias que vou descrever hoje. Acho importante mencionar isto, porque o programa *Fulbright* apoia bolsas de estudo e intercâmbio internacional em todo o mundo, não só entre os Estados Unidos e o Reino Unido.<sup>4</sup> Na verdade, espero que alguns de vocês possam considerar vir para os Estados Unidos no âmbito dos programas da Comissão *Fulbright* brasileira.<sup>5</sup> Se assim for, ficaria muito feliz em fazer o que puder para facilitar a sua aplicação, talvez em conjunto com o Instituto Lemann de Estudos Brasileiros, um novo programa de minha instituição de origem, a Universidade de Illinois em Urbana-Champaign.<sup>6</sup>

Gostaria de começar minha conversa hoje com uma história que demonstra desafios-chave enfrentados pelos arquivos no que chamamos de Era do *Facebook*.

Em novembro passado, embarquei em um trem na estação da União em Chicago, Illinois. Tinha acabado de sair de uma reunião do Grupo de Trabalho de

<sup>1</sup> Tradução de Maria Celina Soares Mello e Silva, doutora e arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

<sup>2</sup> Arquivista e professor associado de Administração de Bibliotecas da Universidade de Illinois (EUA).

<sup>3</sup> Para informações sobre a *US-UK Fulbright Commission*, ver: <<http://www.fulbright.org.uk/>>. Para informações sobre o *Centre for Archive and Information Studies*, que oferece programas de graduação e educação continuada sob um modelo de ensino à distância (através de um ambiente virtual de aprendizagem), ver: <<http://www.dundee.ac.uk/cais/>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

<sup>4</sup> Para uma história concisa do programa *Fulbright* e uma biografia do homem que apoiou a viabilidade da legislação, ver "J. William Fulbright," US Department of State, <<http://fulbright.state.gov/history/sen-fulbright>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

<sup>5</sup> Ver <<http://www.fulbright.org.br/>> para mais informações sobre esses programas.

<sup>6</sup> O Centro Lemann patrocina programas de pesquisa. Várias oportunidades podem ser buscadas pelos cidadãos brasileiros, incluindo um Programa de Bolsas de Liderança Brasileira. Esse programa oferece apoio para funcionários públicos brasileiros que pretendam alcançar um grau profissional na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Além disso, o Centro Lemann patrocina visitas de curto prazo e hospedará o XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos, no início de setembro de 2012. Para obter mais informações sobre o Centro Lemann, ver: <<http://www.clacs.illinois.edu/lemann/default.aspx>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

Mudança Fundamental da Sociedade de Arquivistas Americanos. Este grupo foi encarregado de rever a *Fundamentals Series*, que compreende o coração do programa editorial da nossa sociedade.<sup>7</sup> Todos na reunião estavam cientes de dois fatos: 1) que os arquivistas recém-formados precisam de um sofisticado conjunto de habilidades digitais, e 2) que nossos novos manuais de instrução devem facilitar essas habilidades.

Movendo-me rapidamente para encontrar um lugar no trem, avistei uma pessoa da minha universidade. Vou chamar esta pessoa de "Dr. Importante". Após um breve bate-papo, Dr. Importante me perguntou em que eu estava trabalhando.

"Bem, estou escrevendo um guia para a preservação de *e-mail*."

"Oh, isso é interessante. Talvez você possa me ajudar."

Quem não gosta de ser solicitado a ajudar? Talvez eu possa dizer ao Dr. Importante como organizar o *e-mail* e exportá-lo para um formato pronto para preservação. Com sorte, talvez eu possa até mesmo convencer o Dr. Importante a transferir o *e-mail* para o Arquivo da Universidade, onde se tornaria uma fonte de pesquisa pública. Desta forma, seria muito mais acessível do que a correspondência escrita à mão ou à máquina de escrever de muitas outras pessoas importantes que trabalharam ou estudaram na Universidade de Illinois, nos últimos anos.

"Veja só, estou à procura de algo que enviei em 2009," continuou o Dr. Importante. "Tenho mantido uma cópia de todos os meus *e-mails* importantes; uma pasta para cada mês. Mas, quando voltei para encontrar a mensagem que precisava, todas as pastas se foram." O Dr. Importante me disse que a equipe técnica não poderia restaurar os *e-mails*, que provavelmente desapareceram durante uma migração de sistema realizada há vários meses.

Como arquivista, chorei a morte das evidências e informações que o Dr. Importante tinha criado e cuidado ao longo de muitos anos. Mas senti-me impotente, e deixei a conversa mudar de rumo para outro tópico.

Este incidente, e muitos outros que posso contar do meu tempo na Universidade de Illinois, ilustram um dos maiores desafios que os arquivistas enfrentam: garantir a preservação de provas quando as ferramentas de comunicação mais populares em vigor tornam-se seus mecanismos não-oficiais de *recordkeeping*.<sup>8</sup> Este problema é particularmente urgente porque, na maioria das instituições, os sistemas centralizados para gerir a correspondência e outras comunicações estão mortos ou pelo menos têm um "pé firme na cova". Dado este fato, o que podemos (como

<sup>7</sup> As seis caixas que compõem esta série estão disponíveis nas páginas publicadas no *website* da *Society of American Archivists*, em <<http://bit.ly/LyVy06>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

<sup>8</sup> N.T. De acordo com: PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 18 set. 2013, o termo significa a produção, uso, manutenção e acesso de documentos de arquivo para atender às necessidades e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras do produtor. (Tradução Lucia Maria Velloso de Oliveira).

profissão) fazer para ter certeza de que documentos utilizáveis estejam fixados em um meio que irá facilitar a sua perseverança e uso?

A fim de responder a essa pergunta, devemos entender as maneiras pelas quais a informação é dispersa dentro das organizações modernas e das redes sociais externas. Mais especificamente, devemos entender a maneira pela qual a tecnologia transforma as informações em documentos que subsistem nas redes sociais humanas. Com uma melhor compreensão de como os registros são formados e usados dentro das redes sociais humanas, nós estaremos mais bem posicionados para capturar e preservar não só informações, mas também dados contextuais sobre como essa informação foi dispersa, utilizada e reutilizada.

## 1 'A Falta de Documento' e a Necessidade de um Serviço de Arquivos Pessoais

Na era do *Facebook*, sistemas de captura e preservação de documentos devem considerar três fatores: 1) a falta de percepção de valor atribuída à preservação da comunicação digital; 2) as práticas de gestão da comunicação e da informação utilizadas pelos indivíduos; e 3) as formas específicas em que dados contextuais transformam informações em provas, dentro de redes sociais humanas.

### 1.1 A Falta de Percepção de Valor Atribuída à Preservação da Comunicação Digital

Em 1899, o sociólogo americano Thorstein Veblen escreveu que "os mais baratos e, portanto, indecorosos artigos de consumo diário em comunidades industriais modernas são comumente produtos de máquina".<sup>9</sup> Tais artigos são muito usados, mas pouco valorizados, pelo menos no sentido monetário. Por essa razão, eles são facilmente perdidos ou descartados. Qualquer americano que tenha comido em um piquenique de Quatro de Julho sabe como é fácil jogar utensílios plásticos sujos e pratos no lixo, apesar de sua utilidade quando os cachorros-quentes e a melancia estavam sendo servidos.

Nas sociedades pós-industriais, as comunicações digitais compõem um dos mais baratos e, portanto, indecorosos, artigos de consumo diário. Estamos familiarizados com as formas que estes materiais assumem: mensagens de *e-mail*, postagens de *blog*, atualizações do *Facebook*, *tweets* e vídeos *on-line*. Cada um pode ser produzido de forma barata com a ajuda de um dispositivo eletrônico. Cada um é sem dúvida menos decoroso do que o formato de comunicação que substituiu, tais como cartas manuscritas, diários ilustrados ou filmes produzidos profissionalmente.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> VEBLEN, Thorstein. *The Theory of the Leisure Class*. New York: Viking Press, 1967. p. 161. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/833>>.

<sup>10</sup> Para uma tentativa de criar uma plataforma mais conveniente de reminiscências pessoais e contar histórias na era digital, consulte o serviço *Cowbird*, fundado por Jonathan Harris, em <<http://cowbird.com>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

Dado este fato, pode-se esperar que o maior desafio na preservação desses materiais pode ser simplesmente convencer as pessoas de que suas comunicações digitais pessoais são importantes o suficiente para serem preservadas. Mas este não é o caso. Em resumo, a maioria das pessoas valoriza muito os materiais digitais e mantém tudo o que enviam ou criam. No entanto, a maioria das pessoas não se preocupa muito quando uma pane no sistema varre documentos digitais como em uma inundação.<sup>11</sup> Isto aponta para um importante truismo: a ecologia mais ampla de informações com a qual as pessoas trabalham torna muito difícil, tanto para as organizações quanto para os indivíduos, identificar, capturar e preservar os documentos que têm o valor de arquivamento mais em longo prazo, se não forem tomadas ações extraordinárias.

Deixe-me dar alguns exemplos. Minha própria instituição, a Universidade de Illinois, anteriormente fez uso extensivo de arquivos de assuntos departamentais da faculdade, documentando o ensino, a pesquisa, o serviço e a administração da faculdade. Digo 'anteriormente' porque nos últimos vinte anos esses arquivos em suporte papel vêm rapidamente desaparecendo. Durante o mesmo período, a maioria dos nossos ilustres professores parou de manter arquivos sistemáticos de correspondência, além de mensagens mantidas por acaso em contas ativas de *e-mail*. Pedir aos administradores ou membros do corpo docente para manter documentos fora de seus aplicativos de comunicação (em papel ou em formato digital) parece ser uma tarefa infrutífera. Em primeiro lugar, seria necessário que a instituição implementasse produtos de *software* e *hardware* caros, tais como aplicativo de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (ERM). Mais especificamente, implementar um sistema desse tipo exigiria que as pessoas fizessem grandes mudanças nos seus hábitos de trabalho e procedimentos – algo que é extremamente improvável na era do *Facebook*, com sua ênfase na comunicação imediata e na resposta. Onde foram implementados sistemas de 'Gestão de Documentos' ou ERM, vemos inúmeros problemas em consequência disso. Por exemplo, funcionários no escritório do nosso diretor administrativo (Chanceler) estão preocupados que as mensagens de *e-mail* documentando as decisões cruciais de política nunca fazem o caminho correto para o sistema de gestão de documentos, já que os administradores não gostam de mudar seus hábitos de trabalho e arquivar os *e-mails*. Os membros da equipe também estão preocupados que o sistema não sobreviva à partida do atual gestor de documentos.

Ressaltando esta questão, temos um problema maior. Embora relativamente pouca atenção tem sido dada à construção de sistemas para manter permanentes documentos de valor arquivístico, nosso campus têm investido muitos recursos para a construção de sistemas que preservem outros tipos de informações. Por exemplo, a maioria das universidades mantém sistemas de negócio caros que armazenam dados transacionais referentes a assuntos financeiros, gestão de pessoal e documentos acadêmicos de estudantes. A maioria dos dados gerenciados por esses sistemas, se não todos, não têm valor de longo prazo administrativo e de arquivo. A manutenção destes

<sup>11</sup> MARSHALL, Catherine C. Challenges and Opportunities for Personal Digital Archiving. In: LEE, Christopher A. (Ed.). *Digital: Personal Digital Collections in the Digital Era*. Chicago, IL: Society of American Archivists, 2011. p. 99-100.

sistemas certamente é necessária para a operação diária da Universidade. Os dados dentro delas são usados para produzir informações de gerenciamento agregadas, as quais certamente são de valor de arquivamento por longo prazo.<sup>12</sup> Da mesma forma, a Universidade de Illinois e muitas outras bibliotecas operam aplicativos bem concebidos e bem sucedidos, que preservam a **produção** de pesquisas formais, tais como artigos acadêmicos publicados. Uma rica literatura surgiu em torno do desenvolvimento e da implementação desses repositórios.<sup>13</sup> Por comparação, relativamente pouco tem sido escrito sobre a teoria e a prática da preservação da correspondência pessoal ou profissional, ou das comunicações informais.

Por exemplo, a preservação de *e-mail* não foi formalmente incluída no âmbito de muitos projetos de preservação digital de larga escala.<sup>14</sup> Como resultado, os arquivistas podem facilmente ser deixados na posição de varrer as poucas migalhas de informação de um membro do corpo docente, ou do computador ou armários do administrador, assim como eu fiz ao limpar o escritório de um distinto químico, Stanley Smith, em 2011.<sup>15</sup> Se quisermos um futuro melhor para a pesquisa histórica, temos que desenvolver um método para arquivistas e criadores de documentos trabalharem juntos, de modo que as comunicações em sistemas de *e-mail* e as tecnologias de redes sociais possam ser mantidas vivas tempo suficiente para serem adquiridas por um arquivo.

## 1.2 Comunicação Pessoal e Práticas de Gestão da Informação

Recebi um *e-mail* no período de licença sabática que ilustra como as funções de gestão de documentos têm sido transferidas à iniciativa individual. O autor, que queria permanecer anônimo, quase perdeu todos os seus registros de *e-mail* quando seu antigo empregador abruptamente encerrou o acesso.<sup>16</sup> O proeminente jornalista americano James Fallows relatou uma história semelhante sobre a conta do Gmail da esposa, que foi *hackeada*, levando à supressão de todo o seu conteúdo. Dez anos de mensagens foram resgatados apenas porque Fallows tinha algumas conexões pessoais no *Google*.<sup>17</sup> Enquanto essas histórias são anedóticas, ressoam com nossas experiências

<sup>12</sup> Na Universidade de Illinois, tais conjunto de dados são gerenciados pela Division of Management Information. <<http://www.dmi.illinois.edu/>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

<sup>13</sup> BAILEY, Charles W. *Institutional Repository Bibliography, Version 4*. Houston: Digital-scholarship. Disponível em: <<http://digital-scholarship.org/irb/irb.html>>. Acesso em: 15 June 2011.

<sup>14</sup> PROM, Christopher J. *Preserving Email: DPC Technology Watch* (Digital Preservation Coalition, Dec. 2011), p. 4-8. <<http://dx.doi.org/10.7207/twr11-01>>.

<sup>15</sup> Ver <<http://www.library.illinois.edu/archives/archon/index.php?p=collections/controlcard&id=10857>> para uma descrição da *Smith Papers*, e acessar alguns de seus arquivos digitais.

<sup>16</sup> PROM, Christopher J. *Preserving Email: DPC Technology Watch* (Digital Preservation Coalition, Dec. 2011), p. 16. <<http://dx.doi.org/10.7207/twr11-01>>.

<sup>17</sup> FALLOWS, James. "Hacked!" *The Atlantic*, Nov. 2011. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2011/10/hacked/8673/#>>.

como arquivistas. Além disso, elas mostram que os esforços para preservar os documentos pessoais na era *Facebook* devem centrar-se em ajudar as pessoas a gerar arquivos que subsistam fora de suas ferramentas de comunicação. Mas que tipos de serviços são mais necessários?

Em um artigo de duas partes intitulado "Repensando o arquivamento pessoal digital", a principal pesquisadora da *Microsoft*, Cathy Marshall, observa que a maioria das pessoas apresenta um instinto de arquivamento de informações.<sup>18</sup> Em um extremo, essa tendência pode apresentar-se como acumulação compulsiva de informações, de cópia impressa ou materiais digitais.<sup>19</sup> Muitas pessoas apresentam comportamentos de auto-arquivamento muito mais modestos, como os seis métodos que Marshall descreve na primeira parte do seu artigo.<sup>20</sup> As tecnologias facilitam cada uma dessas estratégias, bem como outras que as pessoas têm desenvolvido desde que Marshall conduziu sua pesquisa.

No entanto, Marshall acha que as tecnologias muitas vezes são utilizadas de forma ineficaz, se o objetivo de "arquivamento" for a preservação por longo prazo das provas da atividade humana. Também notei este problema. Um membro do corpo docente que conheço contratou *Dropbox* para fazer *backup* da área de trabalho de seu computador, que inclui fotografias, relatórios e documentos de trabalho. As informações neste computador podem ter algum valor em longo prazo, particularmente se as fotografias ou documentos contêm metadados incorporados (o que é duvidoso).<sup>21</sup> Mas a "gravação" é dependente dela lembrar-se de transferir o conteúdo para o servidor. Além disso, as informações do seu computador são sem vida, até que sejam comunicadas ou compartilhadas com outra pessoa. Tal comunicação ou compartilhamento toma lugar através de suas três contas de *e-mail*, seu *blog* e sua página no *Facebook*. O que isto significa é que, a menos que o *e-mail*, *blog posts* e as atualizações de *status* dessas fontes sejam salvos em um formato fixo, juntamente com seus metadados, o pleno impacto de seu trabalho será perdido. Sua carreira e influência serão menos compreendidas do que poderiam, porque o valor probatório de suas atividades terá sido perdido, e restará apenas um conjunto de documentos que inclui

<sup>18</sup> MARSHALL, Catherine C. Rethinking Personal Digital Archiving Part 1: Four Challenges from the Field. *D-Lib Magazine*, 14, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march08/marshall/03marshall-pt1.html>>; MARSHALL, Catherine C. Rethinking Personal Digital Archiving, Part 2: Implications for Services, Applications, Institutions. *D-Lib Magazine*, 14, n. 3/4, Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march08/marshall/03marshall-pt2.html>>.

<sup>19</sup> REINARDY, Renae. Information Hoarding: The Need to Know and to Remember. *OCD Newsletter*, p. 14-15, Fall 2006; MIMS, Christopher. The Internet May Encourage 'Information Hoarding' - Technology Review. *Technology Review*, 27 Sept. 2010. Disponível em: <<http://www.technologyreview.com/view/420947/the-internet-may-encourage-information-hoarding/>>.

<sup>20</sup> 1) Backups do sistema; 2) salvar as antigas pastas de "Meus documentos"; 3) escrever arquivos importantes para mídia externa, tais como discos compactos ou unidades de disco rígido; 4) enviar a eles documentos e anexos importantes; 5) colocar materiais em sites de mídia social (ou seja, *Flickr*, *Facebook*); e 6) salvar uma imagem da plataforma inteira, para ser restaurada em caso de falha do sistema.

<sup>21</sup> Somos bem recomendados a recordar a definição de David Bearman para a palavra "documento" como "informação comunicada". BEARMAN, David. Managing Electronic Mail. In: BEARMAN, David (Ed.). *Electronic Evidence: Strategies for Managing Records in Contemporary Organizations*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics, 1994. p. 189-90.

pouca, senão nenhuma das informações contextuais que fazem dos arquivos um útil recurso de pesquisa.

Por que salvar as comunicações pessoais importantes? No campo acadêmico, eu diria que é importante porque atualmente as bibliotecas nos Estados Unidos estão colocando muita ênfase em outros tipos de registro. Por exemplo, muita atenção está sendo dada pelas bibliotecas ao desenvolvimento de serviços de curadoria e gerenciamento de dados, muitas vezes com o objetivo de incentivar professores a preservar seus dados de pesquisa em um repositório institucional ou disciplinar.<sup>22</sup> Vários programas nacionais foram lançados para ajudar os bibliotecários a se tornarem mais "focados nos dados".<sup>23</sup> Minha instituição, por exemplo, lançou um "Ano de **intendência sobre os dados**".<sup>24</sup> Internacionalmente, uma rica literatura tem sido desenvolvida sobre esse problema.<sup>25</sup>

Embora estes esforços sejam importantes, é fácil para os arquivistas vê-los como uma ameaça. Alguns arquivistas argumentam privadamente que os bibliotecários estão invadindo o domínio arquivístico. Em vez disso, aqueles que praticam curadoria de dados devem ser considerados valiosos parceiros, com quem podemos articular a ênfase arquivística na evidência. O campo está aberto para nós. Podemos desenvolver ferramentas complementares e serviços que preservarão a prova – as comunicações – que tornam os dados da pesquisa úteis e interpretáveis.

A literatura arquivística recente articula um quadro conceitual para arquivos pessoais digitais. Este quadro complementa a ênfase da comunidade bibliotecária na curadoria de dados. Por exemplo, o trabalho de Richard Cox, Cathy Marshall, Cal Lee e outros oferece uma base teórica para preservar as evidências encontradas em arquivos digitais pessoais dispersos.<sup>26</sup> Da mesma forma, alguns estudiosos e membros da mídia popular têm argumentado que indivíduos devem estabelecer planos para os legados

<sup>22</sup> CHOUDURY, Sayeed. Data Curation: An Ecological Perspective. *College and Research Libraries News*, 71, n. 4, p. 194-96, Apr. 2010.

<sup>23</sup> COUNCIL ON LIBRARY AND INFORMATION RESOURCES. *Data Curation Initiatives*, 2012. Disponível em: <<http://www.clir.org/initiatives-partnerships/data-curation/>>; BLATECKY, Alan; GREER, Chris. *Data Web Forum Concept Paper*, June 2012. Disponível em: <[http://www.cni.org/wp-content/uploads/2012/06/DataWebForum\\_Concept\\_Paper.pdf](http://www.cni.org/wp-content/uploads/2012/06/DataWebForum_Concept_Paper.pdf)>.

<sup>24</sup> <[http://www.cio.illinois.edu/Data\\_Stewardship](http://www.cio.illinois.edu/Data_Stewardship)>. Ver o *blog Illinois Research Data Initiative* em <<http://blogs.cites.illinois.edu/datasteward/>>.

<sup>25</sup> HEY, Tony; TREFETHEN, Anne. The Data Deluge: An e-Science Perspective. In: BERMAN, F.; FOX, G.; Hey, T. (Ed.). *Grid Computing*. John Wiley & Sons, Ltd, 2003. p. 809-824. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/0470867167.ch36>>; BAKER, Karen S.; YARMEY, Lynn. Data Stewardship: Environmental Data Curation and a Web-of-Repositories. *International Journal of Digital Curation*, 4, n. 2, 2009: [on line] e; FANIEL, Ixchel; ZIMMERMAN, Ann. Beyond the Data Deluge: A Research Agenda for Large-Scale Data Sharing and Reuse. *International Journal of Digital Curation*, 6, n. 1, 2011: [on line] fornecem exemplos representativos dessa literatura.

<sup>26</sup> COX, Richard J. *Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*. Duluth, Minn.: Litwin Books, 2008; MARSHALL, Catherine C. *Rethinking Personal Digital Archiving, Part 2: Implications for Services, Applications, Institutions*; LEE, Christopher A. (Ed.). *Digital: Personal Collections in the Digital Era*. Chicago, Illinois: Society of American Archivists, 2011.

digitais, ou até mesmo fornecer instruções sobre a disposição de seus bens digitais dentro de seus planos de governo.<sup>27</sup>

No entanto, por mais útil que essa literatura possa ser, o que as pessoas mais necessitam são ferramentas práticas e serviços que preservem a comunicação e o compartilhamento social. Projetando e implementando tais ferramentas, os arquivistas podem trabalhar para construir relações de confiança com as pessoas. Se ajudarmos as pessoas a produzirem arquivos verdadeiros de suas comunicações digitais atualmente dispersas, e se nós fizermos esses arquivos úteis para eles durante suas vidas, eles (ou seus herdeiros) terão a capacidade e a motivação para depositar esses arquivos em um dos nossos repositórios.

### 1.3 Como Dados Contextuais Transformam Informações em Evidência

John Seely Brown e Paul Duguid abrem seu livro "A vida social da informação" com um ponto que pode parecer banal: "[I]nformação e indivíduos sempre fazem parte das redes sociais ricas."<sup>28</sup> No entanto, as implicações deste pensamento são profundas para a prática de arquivamento.<sup>29</sup> Ao elaborar sua concepção de vida social da informação, eles argumentam que "documentos (...) ajudam a estruturar a sociedade, permitindo que grupos sociais formem, desenvolvam e mantenham um sentimento comum de identidade".<sup>30</sup> Brown e Duguid observam que as informações podem facilmente "coagular" dentro de organizações formais ou sistemas de documentos, de tal forma que a informação crucial não é comunicada para aqueles que mais precisam. (Recentemente experimentei este fenômeno quando um dirigente-chave nunca tinha ouvido falar sobre um relatório que o Arquivo da Universidade desenvolveu. Como resultado, ele passou mais de três meses duplicando o nosso trabalho.)

<sup>27</sup> CARROLL, Evan; ROMANO, John. *Your Digital Afterlife: When Facebook, Flickr and Twitter Are Your Estate, What's Your Legacy?* Berkeley CA: New Riders, 2011; ROSEN, Rebecca J., *The Government Would Like You to Write a 'Social Media Will'*, *The Atlantic - Technology Blog*, 3 May 2012. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/technology/archives/2012/05/the-government-would-like-you-to-write-a-social-media-will/256700/>>.

<sup>28</sup> BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. *The Social Life of Information*. Boston: Harvard Business School Press, 2002. p. 25.

<sup>29</sup> Um exemplo de como esta visão está transformando a prática arquivística pode ser visto no projeto *Social Networks and Archival Context*, liderado por Daniel Pitti na Universidade da Virginia. O projeto visa desenvolver uma cooperação nacional de autoridades arquivísticas. HOWARD, Jennifer. *Archive Watch: Building a National Cooperative for Archival Standards - Wired Campus - The Chronicle of Higher Education*, *Wired Campus Blog: The Chronicle of Higher Education*, 22 May 2012. Disponível em: <<http://chronicle.com/blogs/wiredcampus/archive-watch-building-a-national-cooperative-for-archival-standards/36368>>.

<sup>30</sup> BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. *The social life of information: Chapter three: Home alone*. *First Monday*, [S.l.], Apr. 2000. p. 189. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/740/649>>.

Por outro lado, informações rapidamente vazam de dentro das organizações para redes transversais de/por afinidade ou prática. Isto é particularmente verdadeiro dentro de um ambiente acadêmico, mas também é verdade em empresas e no governo, uma vez que os membros influentes de uma organização atuam, tipicamente, dentro de uma rede entrelaçada de profissionais. O *Facebook* e outros aplicativos de mídia social aceleram o processo de vazamento de informações, especialmente quando um item se torna "viral". Mas um vídeo não precisa ser visto por milhões para que as informações tenham um profundo impacto fora de estruturas organizacionais formais. Por exemplo, uma professora com quem estou trabalhando atualmente exerce um papel de liderança em inúmeros comitês acadêmicos existentes dentro de nossa organização. Mas ela também contribui para associações profissionais, mantém um *blog* e ajuda os alunos atuais e antigos com aconselhamentos via *Facebook*. Para cada uma das redes sociais nas quais está engajada, ela usa ferramentas específicas e serviços, dispersando evidências através de múltiplos sistemas e demonstrando a sua influência na sociedade.

Como profissão, temos que desenvolver ferramentas e serviços para capturar e preservar algo que seja mais rico do que meros dados ou informações. Temos que encontrar uma maneira de agregar informações comunicadas que atualmente estão contidas em sistemas dispersos, de forma que aumentem o seu valor como evidências das atividades da sociedade.

Como Theo Thomassen observou em seu discurso no Congresso,<sup>31</sup> a preservação do valor probatório tem sido um dos valores de definição da profissão arquivística. Como tal, tem a necessidade de constante ênfase em renovação.<sup>32</sup> Neste momento, deve ser atualizado para abordar a ascensão das tecnologias de redes sociais.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> 17º Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 20 jun. 2012.

<sup>32</sup> Como salientou Adrian Cunningham, os conceitos por trás da preservação digital e curadoria digital (tais como o *Open Archival Information System Model* e o *Trustworthy Repositories Audit Checklist*) fornecem as ferramentas necessárias para garantir que os documentos são autênticos. No entanto, elas não são suficientes para a tarefa de "arquivamento total" porque não colocam a devida ênfase nas intervenções pré-custodiais que ajudam a manter o valor probatório. LAVOIE, Brian F. *The Open Archival Information System Reference Model: Introductory Guide: DPC Technology Watch Series Report*, 04-01 (January 2004). [London]; Dublin, Ohio: Digital Preservation Coalition, 2004. Disponível em: <[http://www.dpconline.org/component/docman/doc\\_download/91-introduction-to-oais](http://www.dpconline.org/component/docman/doc_download/91-introduction-to-oais)>; DALE, Robin; AMBACHER, Bruce (Ed). *Trustworthy Repositories Audit & Certification (TRAC): Criteria and Checklist*. Chicago, Illinois: CRL, 2007; CUNNINGHAM, Adrian. *Digital Curation/Digital Archiving: A View from the National Archives of Australia*. *American Archivist*, 71, n. 2, p. 530-543, 2008; CUNNINGHAM, Adrian. *Ghosts in the Machine: Towards a Principles-Based Approach to Making and Keeping Digital Personal Records*. In: LEE, Christopher A. (Ed.). *I, Digital: Personal Collections in the Digital Era*. Chicago, Illinois: Society of American Archivists, 2011. p. 78-89.

<sup>33</sup> O desejo de intervenção ativa para moldar o documento e preservar a evidência tem sido um tema constante desde o início do trabalho de documentos eletrônicos, mas relativamente menos atenção foi dada à importância de provas no âmbito das redes sociais. Por exemplo, Bearman enfatizou o valor probatório dos documentos dentro de sistemas de negócios. BEARMAN, David. *Archival Principles and the Electronic Office*. In: BEARMAN, David (Ed.). *Electronic Evidence: Strategies for Managing Records in Contemporary Organizations*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics, 1994. p. 146-75. Reimpressão de *Information Handling in Offices and Archives*, ed. Angelika Menne-Haritz (New York: KG Sauer, 1993), 177-93.

Como Brown e Duguid observam, os meios de comunicação que mantêm informações não apenas contêm, carregam ou transmitem essa informação; eles também estruturam seu uso dentro das comunidades.<sup>34</sup> Por exemplo, documentos em papel são relativamente móveis, mas em grande parte imutáveis. As 95 teses do monge agostiniano Martín Luther foram dispersas pela Europa a pé, sem muita modificação, em um formato fixo e a um ritmo relativamente lento. Por outro lado, as comunicações eletrônicas são instantaneamente móveis e altamente mutáveis, particularmente quando são compartilhadas via *e-mail*, *websites* ou tecnologias de rede sociais. Um *blog* pode ser alterado a qualquer momento, e muitas versões do mesmo podem ser distribuídas ou replicadas com um único pressionar de tecla ou comando de computador.

A fim de fornecer materiais úteis de pesquisa para as futuras gerações, temos que encontrar uma maneira de converter esses documentos móveis e mutáveis, em um formato fixo, em local definido e de forma controlada. Isso deve ser feito de uma maneira que preserve metadados suficientes para tornar a comunicação compreensível dentro de seu contexto social original. Além disso, os sistemas de arquivamento devem também armazenar e gerenciar comunicações enviadas por meio de múltiplos sistemas e redes, para que nenhuma forma de comunicação tenha um *status* privilegiado.

## 2 A Proposta de Serviço Mykive

Proponho que o objetivo descrito anteriormente possa ser realizado se a comunidade arquivística desenvolver um aplicativo extensível de auto-arquivamento. A ferramenta que tenho em mente permitirá que as pessoas agreguem suas comunicações digitais pessoais em local de armazenamento replicado em formato fixo, pronto para preservação, onde elas podem controlar os documentos. Dei a este serviço o nome provisório de myKive ("Meu Arquivo").

## 3 Por que um novo serviço?

Tradicionalmente, a função de "fixação" tem lugar quando os documentos das pessoas são depositados em um arquivo, provavelmente depois de guardados por um período de tempo. A função analógica de fixação é um método com o qual os arquivistas estão completamente familiarizados. Mas, enquanto o arquivista pode facilmente retirar documentos de um armário, relativamente poucos podem facilmente removê-los de uma conta de *e-mail* ou um *blog*. O serviço de *Mykive* proposto será um aplicativo de programa de fonte aberta que os arquivistas podem usar para ajudar as pessoas a salvar suas comunicações digitais e outros documentos em um local confiável.

<sup>34</sup> BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. The social life of information: Chapter three: Home alone. *First Monday*, [S.l.], Apr. 2000. p. 189-200. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/740/649>>.

É tentador pensar que as pessoas já têm acesso a boas ferramentas que lhes permitem fazer *backup* e preservar seus arquivos. Isto simplesmente não é o caso. Muitos usuários gravam arquivos em discos rígidos ou em outros locais, mas a pesquisa de Cathy Marshall mostra que raramente usam o *software* de forma consistente ou corretamente.<sup>35</sup> Um membro do corpo docente com quem estou trabalhando queixa-se de que a "Máquina do Tempo" da *Apple* excedeu o disco de *backup*. (Minha própria Máquina do Tempo recentemente excluiu alguns *backups* de mais de seis meses de idade, por uma razão similar.) Outras pessoas que usam tais dispositivos de *backup* não sabem se eles estão capturando *e-mail* ou somente documentos em *desktop*. Em qualquer caso, os programas de *backup* não criam arquivos, porque documentos excluídos do disco de origem também podem ser excluídos do dispositivo de *backup*, a menos que o usuário tenha conhecimento técnico o suficiente para evitar que isso aconteça.

Fornecedores comerciais também oferecem serviços de *backup*. Carbonite, Mozy e Crashplan espelham arquivos definidos para um disco externo ou um servidor fora do *site*. O *Dropbox* também pode funcionar como um serviço de *backup*. Enquanto aparentemente atraentes, estes serviços podem deixar o usuário extremamente vulneráveis à perda de dados ou corrupção. Os contratos de licença de usuário final (EULA) para tais serviços geralmente não fornecem nenhuma proteção para o usuário, e os serviços não fornecem os tipos de serviços de conservação ou migração digital que a comunidade acadêmica está teoricamente disposta a fornecer.<sup>36</sup> Problemas semelhantes afligem os serviços emergentes, tais como *Backupify* e *Nuffly*, que as pessoas podem usar para o *backup* de dados em *e-mail*, baseado na nuvem ou em mídias sociais.<sup>37</sup> Portanto, a maioria dos serviços de *backup* não oferece uma verdadeira opção de preservação.

Por outro lado, alguém poderia argumentar que a preservação de mídias sociais ou *e-mail* não é um problema, desde que os próprios serviços funcionem como um arquivo de fato. Por exemplo, o recurso de *timeline* do *Facebook* fornece aos usuários a habilidade de apresentar um fluxo cronológico de documentos, fotografias, comentários e outros materiais. É um exemplo do que Eric Freeman e David Gelertner chamam de "fluxo de vida".<sup>38</sup> Superficialmente, os recursos fornecidos pelo *Facebook* e pelo *Google* fazem estes serviços parecerem um arquivo, mas, como Jason Scott

<sup>35</sup> MARSHALL, Cathy. *Ownership, Aggregation and Re-use of Personal Data*. Apresentado em Personal Digital Archiving, 24 feb. 2012, San Francisco, California. Disponível em: <<http://archive.org/details/personaldigitalarchiving2012pt2>>.

<sup>36</sup> Por exemplo, sob *Crashplan*, o usuário renuncia ao direito a tudo menos a remédios menores e o acordo pode ser denunciado à vontade pelo provedor de serviço. Além disso, a licença não impõe nenhuma obrigação positiva para fornecer aos usuários acesso a seus próprios dados - não só no caso de insucesso empresarial, mas mesmo durante o curso de negócios diários. CODE 42 SOFTWARE. *End User License for Crashplan*. Disponível em: <<http://support.crashplan.com/doku.php/eula>>. Acesso em: 30 Jul. 2011.

<sup>37</sup> RAFF, Needleman. *Backupify Is More Than a Backup Service: Rafe's Radar*. *CNET News*, 3 Feb. 2011. Disponível em: <[http://news.cnet.com/8301-19882\\_3-20030614-250.html](http://news.cnet.com/8301-19882_3-20030614-250.html)>; GOOGLE Gmail Backup Service *Backupify*. Disponível em: <<http://www.backupify.com/gmail/>>; NUFLY.COM. *Services - Nuffly.com*. 2011. Disponível em: <<http://nuffly.com/services>>.

<sup>38</sup> FREEMAN, Eric; GELERTNER, David. *Lifestreams: a Storage Model for Personal Data*. *ACM SIGMOD Record* 25, n. 1, p. 80-86, Mar. 1996.

brinca, "Google é uma biblioteca ou um arquivo como um supermercado é um museu de comida".<sup>39</sup> Enquanto há muito valor para os serviços que as empresas de mídia social fornecem, sua continuidade é baseada em um modelo de negócio que explora dados pessoais como uma mercadoria econômica.<sup>40</sup> Se não há mais nenhum valor monetário a ser adquirido mantendo os dados pessoais, pode-se esperar que seja convenientemente eliminado ou perdido. Esta possibilidade é sublinhada pelo fato de que no seu EULA, o Facebook não assume nenhuma obrigação positiva de preservação dos dados. Apesar de seu tamanho, todo o serviço do Facebook é tão suscetível a falhas de negócio como qualquer outra empresa. O Facebook, felizmente, fornece um método para os usuários baixarem todos os seus dados, e uma versão atual do EULA dá às pessoas a posse de seus documentos, mas poucos usuários são capazes de saber o que fazer com os dados, uma vez que foram baixados.<sup>41</sup> Apenas por estas razões, seria melhor se nós ajudássemos as pessoas a encontrar uma maneira de produzir arquivos pessoais verdadeiros.

Há uma razão final para que este tipo de serviço de arquivos pessoais seja necessário. A maioria das pessoas usa vários serviços de comunicação ou de mídia social. Ao trazer conteúdos pessoalmente criados juntos em um único local e fixá-los em formatos definidos, podemos preservar uma imagem mais completa da vida e influência de uma pessoa do que se confiássemos a preservação a muitos provedores de serviços, mantendo os dados em vários locais.

#### 4 Modelo Funcional, Técnico e de Desenvolvimento

Em seus estágios iniciais, o projeto *myKive* visa desenvolver um aplicativo de *software open-source* que alunos e professores da Universidade de Illinois podem usar para coletar mensagens de *e-mail*, mídia social, postagens de *blog*, relatórios, arquivos de área de trabalho e outros materiais fugidios. Esses documentos serão salvos em um servidor replicado em um formato criptografado, padronizado e pronto para preservação. Verificações de integridade regular serão executadas para garantir que os materiais sejam

<sup>39</sup> SCOTT, Jason. *Archive Team and the Case of the Widespread Recognition*. Apresentado em Personal Digital Archiving, 2012. The Internet Archive: San Francisco, CA, 24 Feb. 2012. <<http://c-records.chrisprom.com/jason-scott-archive-team/>>.

<sup>40</sup> FACEBOOK. *Statement of Rights and Responsibilities*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/legal/terms>>. Acesso em: 26 Apr. 2011; GATES, Guilbert. Facebook Privacy: A Bewildering Tangle of Options. *NYTimes.com*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2010/05/12/business/facebook-privacy.html>>. Acesso em: 12 May 2010; MARSHALL, Stevie. *Commodifying Community: How Contributing to Facebook Is Selling Our Soul and Why We Don't Care*. ONLINE Conference on Networks and Communities, 24 Febr. 2010. Disponível em: <<http://networkconference.netstudies.org/2010/04/commodifying-community/>>; FALLOWS, James. Facebook, Google, and the Future of the Online 'Commons'. *The Atlantic Blogs*. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/technology/archive/2012/02/facebook-google-and-the-future-of-the-online-commons/252522/>>. Acesso em: 3 Febr. 2012.

<sup>41</sup> FACEBOOK. *Archiveteam*, 2 Apr. 2012. Disponível em: <<http://archiveteam.org/index.php?title=Facebook>>.

mantidos de forma confiável. O conteúdo será armazenado com metadados técnicos e estruturais suficientes para permitir sua preservação de longo prazo.

Os materiais em um *myKive* pessoal permanecerão inteiramente sob o seu controle e sujeitos a uma política de privacidade rigorosa, mas armazenados em um servidor central. O conteúdo da conta do *myKive* será replicado para um local externo. Serão fornecidas aos usuários visualização ou outras ferramentas para tornar seus documentos úteis. As pessoas terão a oportunidade de doar materiais para um arquivo estabelecido ou repositório de manuscritos, com base no acordo mútuo e na negociação, em qualquer tempo que eles ou seus herdeiros desejarem.<sup>42</sup> Uma vez que os materiais sejam doados para uma instituição pública, eles serão gerenciados por meio de um contrato de acesso que determina as condições sob as quais os usuários podem acessar os arquivos.

Ao fornecer essas funções, o projeto do *myKive* não pretende substituir os aplicativos existentes da pessoa ou afetar seu comportamento diário, mas simplesmente fornecer um método pelo qual elas podem agregar e tornar os conteúdos úteis, atualmente dispersos em vários serviços. Como parte do projeto-piloto *myKive*, a Universidade de Illinois desenvolverá quatro peças de *software* e irá envolvê-las em um aplicativo de painel de controle baseado na *web*. Inicialmente, o painel irá fornecer o acesso a essas ferramentas:

- *Ferramenta de arquivamento de mídia social* customizada para o uso de bibliotecas e arquivos, para permitir a preservação de dados de conta para múltiplos usuários. Proponho que este trabalho seja realizado incorporando o código de núcleo do projeto *ThinkUp* para o projeto. Isto irá incluir formas de coletar e agregar *tweets* e conteúdo do *Facebook*.<sup>43</sup>
- *Ferramenta de arquivamento de e-mail*, que usará o protocolo SMTP para transferir todas as mensagens enviadas e/ou recebidas (ou, opcionalmente, um conjunto filtrado) para um armazenamento arquivístico designado. O *software* de fonte aberta 'Muse' é sugerido como uma tecnologia candidata à incorporação do *myKive*, pois usa um formato de armazenamento aberto que facilita a reutilização e a transformação de dados, incluindo visualização, representação gráfica, pesquisa e navegação.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Os materiais seriam gerenciados sob um acordo sociedade/parceria legal entre criador dos documentos (como um doador), *myKive.org* (como prestador de serviços) e a biblioteca de arquivos/manuscritos (como beneficiário). Mais informações estão disponíveis em <<http://www.mykive.org>>.

<sup>43</sup> EXPERT LABS. *ThinkUp: Social Media Insights Platform*. 2011. Disponível em: <<http://thinkupapp.com/>>; SAMPLE, Mark. Putting Twitter to Work with ThinkUp. *ProfHacker - The Chronicle of Higher Education*, 28 Oct. 2010. Disponível em: <<http://chronicle.com/blogs/profhacker/putting-twitter-to-work-with-thinkup/28161>>.

<sup>44</sup> STANFORD UNIVERSITY. *Mobisocial Laboratory. Muse Home Page*, 2011. Disponível em: <<http://mobisocial.stanford.edu/muse/>>.

- **Ferramenta de arquivamento de desktop**, que irá espelhar arquivos de um computador local usando técnicas-padrão de criptografia e *secure socket layer technologies*.
- **Ferramenta de comunicação, visualização e de mineração**, que tornarão os materiais na conta *myKive* imediatamente úteis para seu criador.

Centrando-se nos três formatos cruciais (mídias sociais, *e-mail* e arquivos da área de trabalho), o projeto busca os tipos de formatos de destino mais amplamente utilizados. Fornecendo ferramentas de visualização, os documentos serão imediatamente úteis, enquanto a preservação é fornecida como um benefício secundário crucial.

Já que o projeto irá usar ou estender ferramentas e projetos de código aberto existentes, será ele próprio disponibilizado livremente por meio de repositórios de código aberto. Isso vai incentivar um modelo de desenvolvimento colaborativo. Desta forma, o serviço será útil não só na Universidade de Illinois, não só no estado de Illinois, não só nos Estados Unidos da América, mas, espero, em todo o mundo.

O serviço será construído em cima de um núcleo extensível e irá incluir uma interface de programação de aplicativo (API), para que outros tipos de formato também possam ser preservados através dele. Isto permitirá que as pessoas dos arquivos, bibliotecas e comunidades de curadoria digital construam extensões e *plug-ins*. Usando essas extensões e *plug-ins*, as pessoas estarão aptas a coletar documentos de outros serviços para seus *myKive*. Por exemplo, os seguintes tipos de documentos podem ser incluídos em um *myKive*, uma vez que as extensões apropriadas sejam desenvolvidas:

- *Blogs*, usando ferramentas de *backup*, como *ArchivePress* e *Backup de WordPressDatabase*;
- Fotografias, usando ferramentas de captura como *parallel-flickr*;
- Páginas da *web*, usando ferramentas de coleta como *wget*, *warc* e *NutchWax*; e
- Bibliotecas de referência/citação pessoal, usando ferramentas como a interface de programação de aplicativo do *Zotero*.

O modelo de técnica e de governança proposto será descrito mais detalhadamente na Conferência Mundial da Memória da UNESCO de 2012, a ser realizada em Vancouver, Canadá. Por enquanto, é importante observar vários fatores em relação à plataforma técnica:

1. Propomos construir o aplicativo núcleo no LAMP (*Linux, Apache, MySQL, PHP*) ou *Ruby* na plataforma de trilhos, o que garantirá a disponibilidade de uma ampla comunidade de desenvolvedores de código-fonte aberto e contribuidores para o código;

2. A ferramenta irá utilizar uma arquitetura orientada por serviços e micro-serviços, que permitirá que a carga de processamento seja distribuída entre vários servidores, se necessário;
3. Sua interface irá incluir recursos de internacionalização (por exemplo, a capacidade de suporte para vários idiomas), permitindo a adoção por todo o mundo;
4. Se o piloto for bem sucedido, propomos a contratação, para armazenamento, da organização sem fins lucrativos *DuraCloud*, que tem manifestado interesse em servir como parceira e orientadora do projeto.<sup>45</sup> Isto proporcionará um nível de confiança da preservação digital.

## 5 Conclusão

Em 1965, o arquivista fundador do Arquivo da Universidade de Illinois, Maynard Brichford, escreveu que: "onde quer que o arquivista esteja localizado organizacionalmente, ele deve estar fora de seu escritório dois terços do tempo. Embora o processamento deva ser feito nos arquivos, o arquivista deve definir e padronizar os procedimentos desse processamento para que possa gastar seu tempo na localização da documentação histórica relacionada às atividades dos funcionários e alunos da Universidade. Uma avaliação eficaz deve ser feita nos escritórios, áreas de guarda, depósitos e porões".<sup>46</sup> Este Conselho não é menos valioso hoje do que era em 1965.

O serviço *myKive* visa, em última instância, proporcionar à profissão arquivística a capacidade de gastar uma boa parte do nosso tempo "fora do escritório", e a ajudar as pessoas no processo. Nós ainda vamos resgatar materiais de depósitos, armários e porões, mas também resgataremos materiais de perfis do *Facebook*, listas de *e-mail* e sistemas comentados de *blog*. Podemos ajudar a capacitar indivíduos para salvar estes materiais em um formato pronto para preservação e acessível, onde serão mais úteis para eles hoje. E, no futuro, podemos capacitá-los a doar esses materiais para um arquivo – no momento de sua escolha.

Se essa ideia te anima, convido-o a apoiar o projeto e a emprestar sua própria perspectiva e experiência para desenvolvimento durante o próximo ano, como um parceiro do projeto inicial.

<sup>45</sup> DURASPACE FOUNDATION. *Duracloud Website*. 2012. Disponível em: <<http://www.duracloud.org/>>.

<sup>46</sup> BRICHFORD, Maynard. Appraisal and processing. 1965. In: Stevens, R.E. (ed.). *University Archives*. Papers presented at an institute conducted by the University of Illinois Graduate School of Library Science, 1-4 Nov. 1964, 11th ser. p. 46-61. Disponível em: <<http://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/433>>; <[https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/433/Brichford\\_Appraisal.pdf?sequence=2](https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/433/Brichford_Appraisal.pdf?sequence=2)>.

## POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS INSTITUCIONAIS

Caroline Lopes Durce<sup>47</sup>

Renato Tarciso Barbosa de Sousa<sup>48</sup>

### RESUMO

*O artigo apresenta excertos de dissertação de mestrado em Ciência da Informação sobre políticas arquivísticas institucionais nas Instituições Federais de Ensino Superior. Busca delinear o conceito de políticas arquivísticas institucionais, bem como a identificação dos requisitos necessários à sua implementação em uma organização. A reflexão proposta orienta-se pelo estudo dos conceitos de políticas públicas e políticas institucionais, na tentativa de correlacioná-los à gestão de documentos e demais aspectos da Arquivística, para o alcance de uma definição para políticas arquivísticas institucionais. Tais políticas devem ter como objetivo a resolução de problemas relacionados aos arquivos institucionais e à gestão de documentos arquivísticos.*

*Palavras-chave:* Políticas públicas. Políticas institucionais. Políticas arquivísticas.

### Institutional Archive Policies

#### Abstract

*The article presents excerpts from the dissertation in Information Science about institutional archive policies in Federal Institutions of Higher Education. The article seeks to outline the concept of institutional archive policies and to identify the requirements for the implementation in an organization. The proposed reflection is guided by the study of the concepts of public policies and institutional policies in the attempt to correlate them to records management and other aspects of the Archivist, to reach a definition for institutional archive policies. Such policies should be aimed solving problems related to institutional archives and records management.*

*Keywords:* Public policies. Institutional policies. Archive policies.

<sup>47</sup> Mestre em Ciência da Informação. Arquivista da Universidade de Brasília. E-mail: carol.durce@gmail.com.

<sup>48</sup> Doutor em História Social. Professor do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: renasou@unb.br.

## 1 Introdução

O presente artigo deriva da revisão de literatura de conceitos que foram manipulados em pesquisa para dissertação de mestrado intitulada *Requisitos para implementação de políticas arquivísticas institucionais: estudo do caso da Universidade de Brasília*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB), concluída em 2013.

A pesquisa que originou o artigo teve quatro objetivos principais: a) verificar a existência de políticas arquivísticas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); b) delimitar o conceito de políticas arquivísticas institucionais a partir da identificação dos requisitos necessários para a sua implementação; c) identificar a situação atual das IFES quanto às questões de gestão de documentos e existência de políticas arquivísticas institucionais; e d) avaliar a possibilidade de construção de uma política arquivística pública e única para as IFES.

O enfoque do artigo é a revisão de literatura acerca de política arquivística institucional, buscando-se delinear esse conceito, bem como identificar os requisitos necessários à sua implementação. Para tanto, procurou-se nas ciências sociais e na administração o entendimento do que seriam de políticas públicas e políticas institucionais.

Política é o estudo das relações sociais e está ligada à interação dos indivíduos de uma sociedade em busca do bem comum. As políticas públicas seriam, nesse sentido, resultantes da interação dos atores envolvidos em uma mesma questão social, com base nas regras que moldam as relações entre indivíduos e coletividade, para tomar decisões com o objetivo de solucionar problemas públicos.

As instituições, assim como a sociedade de uma maneira geral, são baseadas em relações sociais. No âmbito das instituições, as políticas também têm como objetivos atender a direitos e oferecer diretrizes para a resolução de problemas, e do mesmo modo que ocorre na sociedade, alguns problemas se sobrepõem a outros.

Os problemas institucionais relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística são os condicionadores para o desenvolvimento de políticas arquivísticas institucionais. Elas seriam uma forma de promover soluções para os problemas gerados pelo acúmulo de documentos sem critérios ou com critérios equivocados; pela ordenação empírica dos documentos; pelas dificuldades de recuperação da informação; pelas eliminações irregulares; pelos investimentos desnecessários; pelo uso inadequado de tecnologias; pela visão setorializada no tratamento dos documentos; e pela falta de espaço físico.

## 2 Políticas Públicas

A palavra política deriva de *polis* (*politikós*), que significa tudo o que é referente às coisas da cidade, ao que é urbano, civil, público e social (BOBBIO, 1998, p. 954). O termo ganhou força a partir da obra de Aristóteles, de nome "Política", considerada o primeiro trabalho a tratar da natureza, funções e divisão do Estado, bem como das formas de Governo.

Segundo Raymond Aron ([1955?] apud DUVERGER, 1962, p. 20), política é o estudo das relações de autoridade, da hierarquia e forças que se estabelecem no interior de todas as comunidades numerosas e complexas.

Para Hannah Arendt, o termo pode ser substituído pelo termo social quando se refere à condição humana, por estar diretamente ligado à ideia da "aliança entre as pessoas para um fim específico" (ARENDT, 2007, p. 32). Para a autora, "O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras de persuasão, e não através de força ou violência" (p. 35, grifo da autora).

Política está ligada à interação dos indivíduos em sociedade e à procura de um bem comum. Tendo por base a definição de Arendt, pode-se afirmar que é o debate do coletivo que incita a tomada de decisões sobre ações a serem adotadas.

Em países de língua latina, o termo política pode assumir dois sentidos distintos. O primeiro equivalente ao termo inglês *politics*, que se reflete na definição supracitada de Aron e, de acordo com Bobbio (1998, p. 954), seria a forma de atividade ou práxis humana diretamente ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Já a segunda denotação é análoga ao termo *policy*, mais ligada às orientações para a decisão e a ação para o alcance do bem comum da definição de Arendt.

O termo política pública está relacionado ao segundo sentido da palavra "política", pois tratam do conteúdo concreto e simbólico "de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões" (SECCHI, 2010, p. 1). Política, nesse contexto, deve ser entendida como procedimentos que expressam relações de poder e que se orientam à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos de maneira pacífica.

Celina Souza (2006) resume as muitas definições que se tem do termo e apresenta política pública como sendo

[...] o campo do conhecimento que busca [...] 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Depois de desenhadas e formuladas, as políticas públicas se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Quando políticas públicas são implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Segundo Silveira (2007):

As Políticas Públicas surgem como necessidades em resposta aos problemas sociais. Devem refletir, portanto, soluções às necessidades identificadas na vida coletiva, nas suas diversas áreas: educação, saúde, trabalho, social, entre outras tantas. (SILVEIRA, 2007, p. 21)

A política pública transcende os problemas sociais; sua essência conceitual é o problema público, seja ele entendido como coletivamente relevante ou não. O problema seria a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível.

Para Rodrigues (2010, p. 13), “Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas [...]”. Aos grupos ou indivíduos que corroboram o processo das políticas públicas, dá-se o nome, na literatura de ciência política, de atores.

A palavra ator é utilizada, dentro do contexto das políticas públicas para designar todo indivíduo, grupo ou organização que desempenhe algum papel na “arena” política. Entre as várias categorizações desses atores, pode-se destacar a separação de atores governamentais e não governamentais.

Os atores não governamentais, ou privados, têm poder de influenciar na formação de políticas públicas, porém, são os atores governamentais, ou públicos, que de fato têm o poder de decidir políticas.

De acordo com Meyer e Rowan (1977), March e Olsen (1986), e North (1990)

Atores políticos agem e se organizam de acordo com regras e práticas as quais são construídas socialmente, de conhecimento geral, pré-conhecidas e aceitas. Ações individuais e coletivas ocorrem dentro dos limites desses conceitos compartilhados e destas práticas, estas ações podem ser chamadas de instituições e identidades (MEYER, ROWAN, 1977; MARCH; OLSEN, 1986, NORTH, 1990 apud MARCH, 1999, p. 57, tradução nossa).

Dentro do vocabulário popular, o termo instituição é bastante usado para designar organização ou entidade. Porém, no escopo conceitual de ciências políticas, instituições são consideradas com o conjunto de práticas sociais que moldam as interações entre indivíduos e coletividade. Tais práticas são tipicamente disciplinadas por organizações e regras formais, mas estão sempre apoiadas sobre pressupostos específicos cognitivos e normativos.

As instituições exercem grande influência no curso das políticas públicas. Estas não são desenhadas apenas a partir dos anseios dos atores envolvidos, mas também as regras formais e informais que regem as organizações.

As políticas são concebidas como um processo, formado por um conjunto de atividades ou fases sequenciais e interdependentes. Secchi (2010, p. 33) elenca sete fases principais: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção. Raramente o ciclo de políticas públicas reflete a dinâmica real de uma política pública. Ele serve para ajudar a organizar as ideias, simplificar a complexidade da política pública e criar um referencial comparativo, mas as fases se misturam e as sequências se alteram.

Na fase de identificação do problema, faz-se necessário definir a questão a ser resolvida, delimitar o foco de atenção, as necessidades e demandas, e ainda as prioridades dentro do *status quo* a ser alterado. Deve-se ainda avaliar a possibilidade de resolução do problema, pois, como costuma-se dizer, um problema sem solução não é um problema.

Vários elementos podem contribuir para a inclusão (ou não) de um problema dentro da agenda pública. Entre esses elementos destaca-se a qualidade da liderança política, mas também são levados em conta o tempo e senso de oportunidade de resolução de uma questão para que a ação do Governo formate uma agenda pública.

Na fase de formulação das alternativas são estabelecidos os objetivos e deliberadas as estratégias conforme as necessidades já identificadas.

A tomada de decisão seria a finalização do desenvolvimento da intervenção, quando os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento do problema público são explicitadas.

Durante a implementação, as regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. Essa fase deve ser acompanhada de um monitoramento.

A avaliação seria uma análise *a posteriori* dos efeitos produzidos pela política. Segundo Anderson (1979, p. 711, tradução nossa), a avaliação seria o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”. De acordo com o trabalho de Flores (2009, p.45), entre os aspectos a serem considerados na avaliação de uma política pública, destacam-se: 1) o nível de satisfação dos usuários; 2) a rapidez com que as ações são desenvolvidas: a organização e coordenação das etapas projetadas; 3) as condições de cooperação existentes; 4) os conflitos naturais do processo; e 5) o desempenho das organizações envolvidas na execução de determinada política.

A extinção de uma política pode ocorrer devido à resolução do problema; a percepção da ineficácia dos programas, leis ou ações que ativavam a política; ou ainda pela perda progressiva da importância do problema dentro das agendas públicas.

As políticas públicas são condicionadas por interesses e expectativas sociais. Elas são desenhadas a partir das instituições que moldam as relações entre indivíduos e coletividade, com o objetivo de solucionar problemas públicos. Para que um problema seja qualificado como público, este deve ser considerado pelo Estado e demais atores da sociedade civil como de interesse público.

### 3 Políticas Institucionais

Na literatura é possível identificar o uso de vários termos, tais como políticas organizacionais e políticas empresariais, para designar políticas adotadas por uma organização institucionalizada. Para fins de padronização dos termos, preferimos o uso de políticas institucionais.

Assim como a sociedade de uma maneira geral, as organizações também se baseiam nas relações sociais. Grimaldi et al (2007) afirma que as políticas estão presentes nas organizações “em virtude de elas serem compostas de indivíduos e grupos com diferentes valores, objetivos e interesses, os quais buscam incessantemente sobrepor suas ideias sobre os outros”. Segundo Umeda e Trindade (2003, p.1), uma política permite à organização “materializar as [suas] definições estratégicas”.

A ambiguidade do termo política, mencionada anteriormente, pode ser observada nas citações acima, a primeira refere-se ao conceito de política equivalente ao termo *politics*, e a segunda denotação análoga ao termo *policy*. Assim como no âmbito das políticas públicas, “política” na esfera institucional é interpretada das mais variadas formas, não existindo unanimidade em sua definição.

Bethlem (1981) elenca dez concepções para o termo política no âmbito organizacional, levantadas em pesquisa com empresas norte-americanas pela *American Management Association*, que são:

- Interesse amplo, direção ou filosofia;
- Declaração dos princípios e objetivos da empresa;
- Objetivos de longo prazo com repercussão sobre o planejamento geral da empresa;
- Metas corporativas ou linhas de orientação, de modo amplo;
- Guias para pensamento e ação;
- Guias de conduta estáveis e de longo prazo estabelecidas para dirigir a tomada de decisões;
- Proposições amplas que possam servir de base às orientações (diretivas);
- Instruções de funcionamento normal;

- Padrões gerais que não sejam alterados frequentemente;
- Procedimentos e normas práticas. (BETHLEM, 1981, p.1)

Apesar da grande confusão de definições, especialmente dentro das organizações, políticas não devem ser consideradas como objetivos, estratégias, regras, métodos, práticas, sistemas, nem mesmo decisões, de maneira isolada, mas sim uma soma de todos esses elementos.

Para Buskirk (1971, p. 146), são cinco as funções das políticas institucionais, a saber: garantir a uniformidade do comportamento na organização; garantir a continuidade das decisões; facilitar o sistema de comunicação entre a alta administração e funcionários; facilitar a tomada de decisão e servir de proteção contra pressões imediatas.

Para Ackoff (1983, p. 29-32), o formulador de políticas deve: estudar a organização como um todo, atentando a suas finalidades; compreender como se dá o fornecimento de insumos, tais como materiais, equipamentos, instalações e serviços, dentro da organização; conhecer a interface do sistema a receber políticas; entender as motivações, necessidades e expectativas dos envolvidos; e compreender e prever a dinâmica das forças ambientais naquele sistema.

Segundo Umeda e Trindade (2003, p. 9), as formulações de “políticas sem uma reestruturação do sistema tendem a revelar apenas uma melhora frágil para os problemas organizacionais”. Para que as políticas institucionais sejam efetivas, é preciso que o formulador se distancie do sistema, e só depois de conhecê-lo, formule um ideal, pois as tradições e costumes podem se constituir em obstáculos, impedindo que as políticas criadas se revelem mais eficazes que as anteriores.

As políticas institucionais são como as políticas públicas, em um universo de menor escala. A sociedade é substituída pelos indivíduos e grupos que compõem a instituição. Assim como as políticas públicas, as políticas institucionais visam solucionar problemas, agora de natureza organizacional, buscando a melhoria dos processos e sistemas que compõem a instituição.

### 4 Políticas Arquivísticas

Apesar de política arquivística ser um assunto recorrente na literatura da área, não existe um aprofundamento teórico sobre o tema. Frequentemente, ela é confundida com a própria legislação arquivística, mas, como afirma Jardim (2011, p. 201), “A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política”.

Ainda segundo Jardim (2003, p. 38), as políticas podem estar explícitas em documentos oficiais, ou implícitas nas práticas recorrentes dentro das instituições. Porém, quando se pensa em uma política a ser adotada em âmbito nacional, pressupõe-se que existam documentos que direcionem as ações.

No âmbito do Estado democrático, as políticas públicas arquivísticas são orientadas “por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução” (p. 40), podendo estar apresentadas de maneira difusa em outras políticas, mas devendo sempre estar explícitas.

A promulgação da Carta Constitucional, em 1988, e a publicação da Lei dos Arquivos, em 1991, estabeleceram no Brasil, “pela primeira vez, os princípios que nortearão a política legal de arquivos, até então indefinida por falta de pressupostos legais” (BASTOS; ARAÚJO, 1989-1990, p. 30).

A Constituição Federal preconiza, em seu art. 216, § 2º, que “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”, sendo esse um dos “parâmetros balizadores” para o delineamento de uma política arquivística.

Como apresentado anteriormente, políticas públicas devem servir às demandas sociais. Para Manuel Vázquez (2005), política arquivística

É aquela política que formula objetivos e propõe os meios adequados para servir aos direitos e às necessidades da sociedade como um todo, das instituições produtoras/receptoras de documentos, de interessados individuais e institucionais e, finalmente, dos pesquisadores. (VÁZQUEZ, 2005, p. 5, tradução nossa).

No caso das políticas arquivísticas, a grande demanda social é a informacional, a garantia do direito constitucional de acesso à informação representa o mote para o desenvolvimento de políticas nacionais de arquivo. No entanto, para que essa demanda seja atendida, é necessário desenvolver políticas que atinjam o âmago da questão arquivística, a gestão de documentos.

Segundo Renato Sousa,

[...] podemos, sim, falar de políticas públicas de arquivo, pois ela carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos. A importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. (SOUSA, 2006, p.4)

Ainda quanto à questão do acesso, Jardim afirma que,

As profundas alterações em curso na dimensão informacional do Estado e as crescentes demandas sociais inerentes a esse processo tendem a produzir uma politização iné-

dita sobre os modos de produção, conservação e uso social da informação. (JARDIM, 2011, p. 197)

A politização sobre os modos de “produção, conservação e uso social da informação” culminou na promulgação da Lei de Acesso à Informação (2011a), que vem ganhando cada vez mais destaque no cenário atual. A Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso, tem proporcionado às áreas de arquivo das instituições públicas maior visibilidade, acarretando uma preocupação maior com a gestão de documentos na esfera da Administração Pública, visando à garantia do acesso às informações.

Políticas públicas arquivísticas e demais políticas públicas de informação – podendo citar as políticas de biblioteca, de tecnologia da informação, de governo eletrônico e de segurança da informação – estão imbricadas, se relacionam e se complementam. Porém, como observa Jardim (2010, p. 193), quando da implementação de políticas arquivísticas, as demais políticas de informação tendem a ser ignoradas, podendo acontecer também o inverso.

Para Sylvia Andrychuck,

Políticas de informação tendem a focar questões específicas e, às vezes, a serem fragmentadas, sobrepostas e contraditórias. Reconhecendo que não existe ‘uma única política (policy) que abarque tudo’ (ANDRYCHUCK [200-?] apud SILVA, 2008, p. 71; apud. JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 8).

As políticas arquivísticas existem para responder a problemas políticos do campo dos arquivos dentro do âmbito das políticas informacionais. É essencial que haja diálogo entre as políticas arquivísticas e as demais políticas informacionais, pois elas apresentam alto grau de transversalidade.

A informação governamental, contida nos documentos de arquivo, além de servir como insumo para a construção da memória e da história nacional, deve ser reconhecida como um recurso necessário à democracia, às decisões econômicas entre outras decisões que afetem diretamente a sociedade. A informação contida nos documentos de arquivo é recurso estratégico tanto para as tomadas de decisão por parte da administração pública quanto para a consolidação da cidadania.

Segundo Silva (2008, p. 20), “[...] em relação à informação arquivística governamental, o Estado brasileiro tem sido incapaz, historicamente, de garantir a sua preservação, apesar de suas responsabilidades legais e operacionais na questão”. Ainda segundo o autor, na mesma obra, “Sem políticas públicas arquivísticas, tende a ser menor a possibilidade de se preservar, de forma contínua a informação governamental [...]”.

Como afirma Lucia Maria Velloso de Oliveira na apresentação do livro de Albite Silva (2008, p.11), “*para se assegurar uma maior longevidade desses documentos [arquivísticos] é necessário incluir a discussão no planejamento estratégico das instituições e efetivamente implantar gestão documental*”.

Para Renato Sousa (2006), “*Os objetivos de políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico*”. Além de assegurar direitos estritamente vinculados a ela, “*A política pública de arquivo é matricial, pois o sucesso obtido em sua implementação fornece às outras políticas públicas informações necessárias as suas formulações*”.

## 5 Políticas Arquivísticas Institucionais

Diante do exposto, podemos afirmar, por analogia, que as políticas arquivísticas institucionais teriam como objeto de preocupação as questões relacionadas à gestão de documentos e demais objetos da Arquivologia, porém, no contexto institucional. Seu objetivo seria a resolução de problemas relacionados aos arquivos, documentos e informações arquivísticas, visando atender às necessidades informacionais da organização, de maneira a apoiar suas funções e atividades.

De acordo com o CONARQ,

A política de gestão arquivística de documentos deve ser formulada com base na análise do perfil institucional, isto é, de seu contexto jurídico-administrativo, estrutura organizacional, missão, competências, funções e atividades, de forma que os documentos produzidos sejam os mais adequados, completos e necessários. Além disso, deve estar articulada às demais políticas informacionais existentes no órgão ou entidade, tais como políticas de sistemas e de segurança da informação. (BRASIL, 2011b, p. 19)

Ainda segundo o conselho, a política deve ser “*iniciada com uma declaração oficial de intenções que especifica, de forma resumida, como será realizada a gestão no órgão ou entidade*”.

A oficialidade pode ainda não trazer legitimidade suficiente, pois representa sugestão de mudança na cultura organizacional. A declaração deve alcançar todos os níveis da instituição e sua comunicação deve vir acompanhada da conscientização de todos os envolvidos. Ela pode ser complementada por manuais de gestão de documentos e demais instrumentos arquivísticos a serem utilizados pela instituição.

Para que a política seja efetivamente implementada são necessários o apoio da administração superior, a alocação dos recursos para o alcance de seus objetivos, bem como a indicação de unidade político-administrativa responsável por sua implementação.

## 6 Considerações Finais

Política arquivística institucional pode ser definida, a partir do estudo apresentado neste artigo, como o conjunto de premissas, decisões e ações que abarquem questões relativas à gestão de documentos e demais aspectos relacionados aos arquivos institucionais, objetivando a manutenção da informação arquivística, primeiramente para apoiar suas funções e atividades e, secundariamente, para atender às necessidades informacionais da sociedade, de uma maneira geral.

Para que se formulem políticas institucionais efetivas, é preciso compreender o sistema no qual elas serão aplicadas. Não somente a área específica de atuação da política, seja arquivo ou qualquer outra área, mas de todos os processos que compõe a organização, de modo que a política possa ultrapassar as barreiras departamentais.

Além do reconhecimento da totalidade do sistema, devem ser considerados requisitos para implementação de uma política arquivística institucional:

- reconhecimento da necessidade de sua elaboração;
- apoio da administração superior;
- eleição de premissas norteadoras;
- estudo da instituição como um todo e dos sistemas que a compõem;
- diagnóstico da situação da gestão de documentos e identificação das necessidades informacionais da instituição;
- declaração oficial de intenções da política;
- indicação de unidade político-administrativa responsável pela gestão da política;
- envolvimento de todos os níveis institucionais;
- elaboração de manuais de procedimentos e outros instrumentos arquivísticos que orientem as ações;
- alocação de recursos em infraestrutura física e tecnológica adequada aos objetivos da política;
- investimento em capacitação dos funcionários; e,
- adequação do quadro profissional da instituição frente às necessidades de gestão de documentos.

Não existem fórmulas predefinidas para resolução de problemas relativos à gestão de documentos demais questões ligadas aos arquivos institucionais. No entanto, para que a política arquivística seja formulada e efetivamente implementada em uma instituição, é essencial delimitar os requisitos elencados.

## REFERÊNCIAS

- ACKOFF, Russell L. **Planejamento Empresarial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983. 109 p.
- ANDERSON, Charles W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, [S.l.], v. 73, n. 3, p. 711-723, Sept. 1979.
- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, 4-5: 19-33, jul. 1989-jun. 1990.
- BETHLEM, Agrícola de Souza. **Política e estratégia de empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois S. A., 1981, 236 p.
- BOBBIO, Norberto. **Política**. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 2.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, 5 out. 1988. Anexo, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, DF, 9 jan. 1991. Seção 1, p. 455.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, DF, 18 nov. [2011a] p. 1. Edição Extra.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2011b]. 136 p.
- BUSKIRK, Richard Hobart. **Business and administrative policy: text, cases, incidents and readings**. New York: Wiley, 1971. 505 p.
- DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. 437 p.
- FERRERA, Maurizio. **Le trapolle del welfare**. Bolonha: Il Mulino, 1998. 168 p.
- FLORES, Antônio Joreci. **A contribuição da sociedade civil na implementação de políticas públicas: estudo de caso da política de eletrificação rural na Região do Médio Alto Uruguai/RS/Brasil**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

GRIMALDI, Wilianson et al. Políticas organizacionais e comprometimento organizacional em uma instituição de ensino superior privada da cidade do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., [22-24 out.] 2007, [Rio de Janeiro]. **Artigos**. 15 p. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos07/1345\\_artigos2007eget.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1345_artigos2007eget.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2012.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana. (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2003. p. 37-45.

\_\_\_\_\_. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 197-213, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/409/283>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Políticas y sistemas de archivos**. México: Secretaria General Iberoamericana – Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010. 256 p.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite Silva; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000100002&script=sci_arttext)> Acesso em: 8 nov. 2012.

MARCH, James G. **The pursuit of organizational intelligence: decisions and learning in organizations**. Malden, Massachusetts: Blackwell Business, 1999.

O'TOOLE JR, Laurence J. Interorganizational relations in implementation. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. **Handbook of public administration**. London: Sage Publications, 2003. p. 234-244.

OWENS, Richard N. **Introduction to Business Policy**. Homewood, Ill.: R. D. Irwin, 1958. 474 p.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. (Folha Explica).

SCHMITTER, Phillippe C. Reflexões sobre o conceito de política. In: BOBBIO, Norberto et al. **Curso de introdução à Ciência Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. p. 31-39.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284 p.

SILVEIRA, Andrea Fernanda et al. **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. 50 p.

SJÖBLOM, Gunnar. Problemi e soluzioni in politica. In: **Rivista Italiana de Scienza Política**. XIV, n. 1, p. 41-85, abr. 1984.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUZA, Celina Maria de. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jun./dez., 2006.

UMEDA, Guilherme Mirage; TRINDADE, Christiane Coutex. Possíveis definições para as políticas empresariais: um estudo bibliográfico. In: SEMAD, 7., São Paulo, Fea- USP, 2003. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

VÁZQUEZ, Manuel. **Hacia una política archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 20p. (Scripta, 8).

## OS ARQUIVOS CIENTÍFICOS E A LEGISLAÇÃO ESPANHOLA DA CIÊNCIA: SEUS LIMITES DE ACESSO AOS DOCUMENTOS E AOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Maria José Justo<sup>49</sup>

### 1 Introdução

No presente momento, Espanha, assim como outros países, preocupa-se pela democratização do acesso à informação.

Esta informação, de carácter científico e tecnológico, será regulamentada por várias leis, tais como a *Ley 14/2011 de la ciencia, tecnología e innovación*, o *Real Decreto 99/2011, de 28 de janeiro*, que regulamenta o ensino oficial do Doutorado e a *Ley de 2/2011, de 4 de marzo, de Economía Sostenible*.

Estas leis regulam o acesso livre e pretendem garantir o acesso dos cidadãos às publicações científicas, sobretudo aquelas realizadas com fundos públicos, ainda que haja limitações em relação às investigações onde existam convênios de confidencialidade ou geração de patentes.

Dito isto, passaremos a definir o que na Espanha se entende por Arquivos científicos, destacando aqueles que são exclusivos e os que formam um fundo documental dentro de outros arquivos.

### 2 Arquivos Científicos. Definição. Espanha

Os arquivos científicos são, em realidade, fundos documentais produzidos por pessoas individuais ou por coletivos, que contêm os trabalhos e seus resultados.

Assim, podemos dizer que em todos os arquivos existem fundos de carácter científico.

Outra particularidade é que podemos encontrar estes fundos não somente em Arquivos, mas também em Museus e Bibliotecas.

Na Espanha existem dois importantes fundos de carácter científico, o do arquivo do Museo Nacional de Ciencia y Tecnología e os fundos documentais do Centro Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).

<sup>49</sup> Doutora e Directora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

O primeiro reúne uma interessante coleção que ajuda a compreender a evolução tecnológica na Espanha.

Os fundos documentais do Centro Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) estão dedicados quase que exclusivamente à ciência e à pesquisa. Conservam, pois, os projetos de trabalhos, coletivos ou individuais, e os resultados dos mesmos. Contêm as seguintes bases de dados: ICYT, ISOC e IME, que albergam a produção científica publicada na Espanha desde os anos 70.

O CSIC pode ajudar o pesquisador das seguintes maneiras:

- Proteger os resultados mediante:
  - patentes;
  - modelo de utilidade;
  - registros de variedades vegetais;
  - registro de programas de computador.
- Colaboração com uma empresa interessada em:
  - apresentar propostas conjuntas;
  - desenvolver pesquisa por contrato;
  - receber serviços tecnológicos.

Outros fundos documentais de carácter científico, existentes em Arquivos Municipais, são os expedientes de projetos de obras, que contêm a memória do projeto, o orçamento, as autorizações legais para executar uma determinada obra, a licitação para executá-la, a concessão da mesma ao construtor e, por fim, o documento final que é a entrega da obra.

Quando estas obras requerem uma “autorización de Patrimonio” para poder efetuar uma reabilitação, no caso de edificios históricos ou situados em uma zona monumental ou cidade com proteção, necessita-se, além da autorização, verificar se elas se ajustam à zona e o estudo de um ou vários projetos.

É importante conhecer e dar a conhecer tanto o estudo como o concurso público com as características necessárias para um ou outro edificio a ser tratado.

Em princípio há que salvaguardar a autoria do arquiteto, pois sabemos que a propriedade intelectual é um direito moral que não se extingue nem com os prazos que determine a lei de “Propiedad Intelectual”.

Outro fundo importante é o do Centro Nacional de Datos Polares do Archivo Polar Español. A função principal do arquivo polar é o arquivo, custódia e difusão, mediante bases de dados, da informação polar existente.<sup>50</sup>

A importância da difusão dos resultados derivados das investigações científicas na Antártica, manifestou-se dentro do *Sistema del Tratado Antártico (ATCM)* com a inclusão, em 1985, da *Recomendação XIII-5* ao Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR) de estabelecer mecanismos de fácil acessibilidade a estes dados, destinados a uma melhor proteção do meio ambiente antártico. Existe, além disso, um comitê de coordenação de dados antárticos.

Em 1992 o SCAR-COMNAP, na reunião do SCAR, estabelece um grupo especial para gerenciar os dados antárticos. Estes centros, ademais de promover o processo de formação dos cientistas, são responsáveis pelo controle dos registros de metadados.

A entrega dos dados é objeto de estudo para que a informação possa ser utilizada no futuro. O Centro Nacional de Datos Polares (CNDP) e o investigador principal estudam conjuntamente a maneira mais adequada para a entrega dos dados, conforme suas diferentes temáticas e tendo em conta a complexidade que pode surgir desta situação, ou seja, a investigação na Antártida.

Distinguem-se os dados adquiridos em contínuo, que são os obtidos nas plataformas antárticas espanholas (Espanha possui, atualmente, as plataformas *BAEs Juan Carlos I* e *Gabriel de Castilla* e a *BIOs Hespérides y Las Palmas*) e os dados obtidos com instrumentação ou sensores.

Ao finalizar a campanha, no prazo máximo de três meses, os dados serão enviados pelo investigador ao CNDP, informando se o dado é ou não restrito. Este carácter restrito ou não vai ser determinante na disponibilidade do enlace, permitindo o acesso aos dados.

O período de carência ou não informação será de no máximo quatro anos a partir da geração do metadado. Se alguns tipos de dados necessitam mais tempo de carência o investigador deverá informar ao CNDP.

A solicitação de acesso aos dados será mediante requerimento.

Outro arquivo, pertencente ao campo da Astrofísica, é o Archivo de Datos Científicos del Gran Telescopio Canarias (GTC). A responsabilidade deste arquivo de dados é do Laboratorio de Astrofísica Estelar y Exoplanetas (LAEX), subordinado ao Instituto de Técnica Aeroespacial (INTA) e ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).

Os projetos de pesquisa que se beneficiarão desde telescópio (GTC) cobrem os campos mais importantes da Astrofísica atual, desde os planetas solares até a exploração do Universo. Ao longo de sua vida ele observará milhares de objetos, esta informação constitui um legado único e ocasiona a formação de sistemas de arquivo para garantir uma exploração adequada.

<sup>50</sup> ESPAÑA. Ministerio de Educación. Instituto Geológico y Minero de España. Centro Nacional de Datos Polares. Archivo Polar Español. *Protocolo de remisión, almacenamiento y difusión de datos antárticos en España.*

Os artigos astronômicos são uma ferramenta de pesquisa de grande importância que refletem sobre o uso da comunidade científica.

Foi desenvolvida a infraestrutura que exige este Centro de Dados Científico. Há que destacar que o arquivo de GTC é de livre acesso aos pesquisadores, educadores e público em geral, depois de transcorrido um ano, que é o tempo fixado como período de privacidade.

Outro arquivo importante é o da Agencia Estatal de Meteorología (AEMET), que abrange o legado das instituições que o precedeu, como o Banco Nacional de Datos Climáticos, e conserva séries históricas de Registros Climáticos de mais de 150 anos de antiguidade.

Ao longo do século XVIII começou a ser organizado na Espanha a obtenção de dados relacionados com o clima, por ser importantes para a navegação marítima e a agricultura.

Em 1805, em San Fernando (Cádiz), foi coletada no seu Observatorio Astronómico uma precipitação mensal de 1251/m2.

Inicialmente o arquivo era de documentos em papel com informação manuscrita das observações. Hoje, naturalmente, a informação está microfilmada e digitalizada, sendo uma ferramenta indispensável para o monitoramento do clima.

Este registro de dados se obtém a partir de 66 Observatórios. O acesso é livre e permite realizar estudos das tendências nas precipitações desde o início do século XX.

Encontramos outro fundo documental importante no Archivo General de Palacio ou Archivo de Palacio simplesmente. É o da Real Botica e seus documentos estão dispersos em várias Seções do Arquivo. São muito interessantes os livros de Farmácia, com as matrizes das receitas que cotidianamente eram subministradas à Casa Real. Como curiosidade, através deste fundo descobrimos que no século XVII a Alquimia era praticada por alguns dos boticários ou empregados da botica, por exemplo, Roque de la Torre.

### **3 Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação (Ley de la Ciencia, Tecnología e Innovación)**

Esta Lei destaca a transferência e difusão dos resultados da atividade investigativa, desenvolvimento e inovação e cultura científica, tecnológica e inovadora.

Por isso, o seu artigo 35, intitulado *Valorización y transferencia del conocimiento*, indica às Administrações públicas, no âmbito de suas respectivas competências, que formentem a valorização, a proteção e transferência do conhecimento, com o objetivo de que os resultados da investigação sejam transferidos à sociedade. Teremos que acrescentar aqui o setor empresarial, com as entidades de pesquisa para o desenvolvimento de objetivos mercadológicos, mas baseados nos resultados da pesquisa.

Esta Lei igualmente diz que a valorização deve ser entendida como a apreciação do conhecimento obtido através do processo de pesquisa, e que alcance e aproxime todos os processos, financiados com fundos públicos, a todos os setores.

No seu artigo 37, que trata do acesso aberto, uma das novidades da lei é a disposição que regulamenta a publicação no acesso aberto, que dispõe que todos os pesquisadores, cuja atividade tenha sido financiada majoritariamente com os *Presupuestos Generales del Estado*, são obrigados a publicar no acesso aberto uma versão digital da versão final dos conteúdos que foram aceitos para a publicação em publicações seriadas ou periódicas, dentro do prazo máximo de 12 meses a partir da data oficial de publicação, embora, é preciso dizer, não há mecanismos de controle.

Esta Lei também fala da *Internacionalización del Sistema Español de Ciencia, Tecnología e Innovación*. Haverá um sistema de monitoramento com a finalidade de garantir que as aportações da Espanha aos Organismos Internacionais tenham um impacto técnico-científico.

Além disso, as disposições da *Ley de Protección de Datos*, de carácter pessoal, aplica-se ao tratamento e transferência de dados derivados dentro do que dispõe esta Lei.

### **4 Ley de Economía Sostenible**

Esta Lei, datada em 5 de março de 2011, um pouco anterior à *Ley de la Ciencia*, fala da transferência dos resultados da atividade investigativa e ressalta a titularidade e carácter patrimonial dos resultados desta atividade (Art.54), assim como o direito a solicitar os títulos de propriedade industrial e intelectual para sua proteção.

As disposições do artigo 53 desta Lei, relativas ao âmbito de aplicação, declaram que são aplicáveis aos Organismos públicos de pesquisas, às Universidades públicas, às fundações do setor público estatal, às sociedades mercantis e a outros centros de investigação dependentes da Administração Geral do Estado. Se aplicam ao resultado das atividades de pesquisa. Afeta, pois, ao grupo de pesquisadores de todas essas entidades, independente da vinculação jurídica.

Seu artigo 55 fala das transferências de direitos a terceiros e sobre os resultados da atividade investigativa. Estes direitos podem referir-se à transferência de titularidade de uma patente ou de concessão de licença de exploração da mesma, ou de contratos relativos à propriedade intelectual.

Além disso, o artigo 57 fala da difusão da propriedade industrial. De modo que a Oficina Española de Patentes y Marcas adotará as medidas necessárias para agilizar e simplificar os títulos de propriedade industrial.

## 5 Real Decreto 99/2011, de 28 de Janeiro, que regula o ensino oficial de doutorado

Este Real Decreto sinaliza no seu artigo 14 que uma vez aprovada a tese de doutorado, a Universidade se ocupará que de esta seja guardada em formato eletrônico aberto no repositório institucional e remeterá um exemplar ao Ministério da Educação (*Ministerio de Educación*).

Também estabelece que em circunstâncias excepcionais determinadas pela comissão académica do programa, como a participação de empresas, a existência de convênios de confidencialidade ou a geração de patentes, as Universidades habilitarão procedimentos que assegurem que não haja publicidade.

Do mesmo modo, a Comissão Europeia (*Comisión Europea*) tende a promover políticas de acesso aberto que tenham por objetivo garantir que os resultados das pesquisas financiadas por ela estejam a disposição da população de forma gratuita, uma vez que o acesso aberto é considerado uma fórmula para melhorar o retorno em pesquisa e desenvolvimento (I+D)

Assim, a Universidade de Santiago de Compostela (USC) cria o repositório Minerva, repositório institucional que albergará o material científico, de difusão e institucional.

Para seu funcionamento foi criada a Comissão do Repositório (*Comisión del Repositorio*) presidida pelo Vice-reitor de Pesquisa. Formam parte desta Comissão a direção da Biblioteca Universitaria (BUSC), a direção do Arquivo Histórico Universitario (AHUS), a área TIC, o Servicio de Publicaciones e a direção do Centro de Tecnologías del Aprendizaje.

Este repositório está organizado em comunidades e subcomunidades. A estrutura básica é a seguinte:

BUSC,  
I+D+I  
Docência e inovação educativa,  
AHUS,  
Institucional.

As condições e critérios para depositar conteúdos serão os seguintes:

- Que a titularidade seja da Universidade ou que exista consentimento dos titulares para sua difusão.
- Que os conteúdos sejam originais dos autores.
- Que os conteúdos sejam de natureza exclusivamente académica, docente ou científica.

- Que não sejam ofensivos à dignidade das pessoas.
- Que não violem a Constituição ou ordenamento jurídico.

## 6 Conclusões

Podemos notar uma espécie de luta entre o processo de pesquisa, os resultados da mesma e a transferência para a Comunidade. As instituições (Universidades por exemplo), têm a missão de velar pela transmissão de conhecimento para a sociedade da qual formam parte.

O marco legal é indispensável para que tenhamos segurança e ao mesmo tempo flexibilidade para poder transmitir o conhecimento. Assim, a *Lei de Patentes*, que são aquelas invenções suscetíveis de proteção, tanto como modelos de utilidade como de proteção como desenhos industriais, chocam em alguns momentos com a importância da transmissão de informação à sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest. **Acesso abierto a la ciencia**. Barcelona: UOC, 2012. n° 5.

AEMET. Agencia estatal de Meteorología.

BERLIN Declaration on open accesito knowleledge in the sciences and humanities (2003). Disponível em: <<http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.htm>>.

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS (C.S.I.C.)

C.S.I.C. Centro de Astrobiología. Gran Telescopio Canarias

ESPAÑA. **Ley 2 /2011, de 4 de marzo, de Economía Sostenible**. BOE, n° 55 de 5 de marzo de 2011.

\_\_\_\_\_. **Ley 14/2011, de 1 de junio, de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación**. BOE, n° 131 de 2 de junio de 2011.

\_\_\_\_\_. **Ministerio de Educación y Ciencia. Instituto Geológico y Minero de España. Centro Nacional de Datos Polares. Archivo Polar Español**.

\_\_\_\_\_. **Real decreto de las enseñanzas oficiales de doctorado**. BOE, n° 35, 10 de febrero de 2011.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA (USC). **Reglamento do Repositorio Minerva da USC aprobado por Consello de Gobierno de 22 de decembro de 2011**.

VIVES I GRACIA, Josep. Aspectos de propiedad intelectual en la creación y gestión de repositorios institucionales. **El profesional de la información**, v.14, n. 4, p.267-278, 2005.

## FERRAMENTAS WEB AO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS ARQUIVOS DISTRITAIS PORTUGUESES

Sofia Margarida de Castro Barros Correia dos Santos<sup>51</sup>

### RESUMO

*A comunicação em arquivos na Sociedade de Informação já não se limita apenas a criar instrumentos para o cliente externo aceder à informação custodiada nestes organismos. Se pretendem impor-se no mercado e captar um leque de público mais abrangente e heterógeno, que não apenas presencial, é fulcral a existência de sítios web que, para além de refletir a sua missão, deve indicar quais os bens, serviços e informações que dispõem de forma periódica e contínua. Assim sendo, é nosso propósito analisar neste artigo os dezoito websites dos arquivos distritais portugueses de forma a responder às seguintes questões: quais são os conteúdos disponibilizados (produtos)?; como são dispostos (design)?; para quem (público-alvo)? e que geração web que pertencem (web 1.0, 2.0, 3.0).*

**Palavras-chave:** Arquivos distritais. Sítio Web. Web.20/distrital archives. Pageweb. Website. Web 2.0.

### Web tools serving the documentary heritage of District Archives of Portugal

#### Abstract

*Nowadays communicate in archives means not only to create instruments for the external client/user have access to the information but is also related with an website that reflects the operational and specific goals of these services for attract a larger number of real and cybe clients. So the best way for the professional of information imposes their services and goods in the market of Society of information are through a webpage. So in this article we propose to analyze the websites of eighteen portuguese district archives in order to answer the following questions: what contents are available (products)?; how they are distributed (design)?, to whom (audience)?; and with generation belong the web site belongs (web 1.0, 2.0, 3.0).*

**Keywords:** Archives district. Website. Web.20/distrital archives. Pageweb. Website. Web 2.0.

<sup>51</sup> Arquivista e membro integrado do Centro de Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de. E-mail:sofiacbsantos@gmail.com.

## 1 Introdução

Comunicar em arquivos significa disponibilizar informação a todos, desde que os princípios de acessibilidade “in loco” sejam respeitados. Este conceito, na prática, é restritivo, pois está desenquadrado da sociedade globalizada do século XXI. Sendo objetivo dos arquivos salvaguardar e preservar a memória documental, hoje devem também identificar e criar um conjunto de bens, serviços e informações que vão ao encontro das necessidades da comunidade pelo que devem sair do seu próprio meio (ambiente interno) e ir ao encontro da sociedade (micro-ambiente e macro ambiente) cativando os cidadãos em geral, para irem ao encontro da sua memória passada desenvolvendo novos conhecimentos, competências, valores e atitudes necessárias a um mundo mais justo e sustentável, onde todos têm direito à utilização de todo o seu potencial.

Comunicar em arquivos também implica criar estratégias de expansão, competição, promoção e valorização do vasto capital informacional de que são detentores, para chegar a um leque mais heterogéneo e alargado de utilizadores reais e potenciais recorrendo às novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC). Nos anos 90 do século XX a Internet revolucionou a comunicação facilitando a forma de acesso massivo à informação, sendo hoje a melhor ferramenta de trabalho por permitir aos cidadãos aceder às suas necessidades e demandas com celeridade. Nesta sequência, os serviços públicos portugueses foram considerados pela Comissão Europeia, no relatório «eGov Benchmark 2010», como o líder europeu, relativamente à prestação de serviços públicos *on-line*, entre os Estados-Membros da União Europeia (Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, 2010).

O nosso propósito, enquanto arquivista e cliente/utilizadora destes serviços, é apresentar uma análise reflexiva, e perspetiva construtiva, do sítio web dos dezoito arquivos distritais portugueses para aferir quais os conteúdos/produtos disponibilizados ao público, complementando os dados fornecidos num inquérito em 2009 sobre o seu composto mix – produto, preço, praça e promoção – no âmbito da nossa tese de doutoramento. Tendo ainda por base o tema desta dissertação – o uso do marketing nos arquivos públicos – este estudo não pode ser dissociado de uma análise aos instrumentos de marketing existentes, isto é: sítio web próprio, imagem dinâmica, moderna, inovadora, informação atualizada e de acordo com a filosofia administrativa dos arquivos, por exemplo. Tentaremos ainda perceber ainda se a informação disponibilizada por estes websites pertence ainda ao agrupamento da web 1.0, web 2.0, em que por exemplo se incluem as redes sociais, e a web 3.0, nova geração das ferramentas web.

Apenas assim poderemos perceber até que ponto os arquivos distritais portugueses prestam o verdadeiro serviço público de formar cidadãos ativos.

## 2 Os Arquivos Distritais Portugueses através da sua página web

### 2.1 Enquadramento Legal

Uma observação ao mundo arquivístico português Web exige a contextualização dos arquivos na divisão administrativa do país. Portugal está dividido em 18 distritos, mais as duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Em cada capital de distrito está sediado um arquivo público que tem a função jurídica de incorporar, conservar e comunicar os arquivos, fundos ou núcleos da sua respetiva zona (ALVES *et al.* 1993). Dezasseis destes arquivos distritais: Lisboa, Porto, Aveiro, Beja, Bragança; Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e o de Viseu – são serviços dependentes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), serviço central da administração direta do Estado – integrado na Secretaria de Estado da Cultura, que tem a função de «assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura» (Diário da República, 1.ª série - N.º 95, de 16 de maio de 2012).

O arquivo Distrital de Braga e de Coimbra são serviços, respetivamente, dependentes da Universidade do Minho (membro do Conselho Cultural da Universidade do Minho, pelo Despacho Normativo N.º 80/89, de 7 de Agosto) e da Universidade de Coimbra (Diário da República, 2.ª série - N.º 168, de 1 de Setembro de 2008).

Na sequência de estudos anteriores realizámos entre os meses de março e abril de 2013 a observação e pesquisa dos websites de cada um dos referidos arquivos (figura 1).

Identificação do Arquivo	Endereço Eletrónico
Arquivo Distrital de Lisboa	<a href="http://adlsb.dgarq.gov.pt/">http://adlsb.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital do Porto	<a href="http://www.adporto.pt/">http://www.adporto.pt/</a>
Arquivo Distrital de Aveiro	<a href="http://adavr.dgarq.gov.pt/">http://adavr.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Beja	<a href="http://adbja.dgarq.gov.pt/">http://adbja.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Bragança	<a href="http://adbgc.dgarq.gov.pt/">http://adbgc.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Castelo Branco	<a href="http://adctb.dgarq.gov.pt/">http://adctb.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Évora	<a href="http://adevr.dgarq.gov.pt/">http://adevr.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Faro	<a href="http://adfaro.algarvedigital.pt">http://adfaro.algarvedigital.pt</a>
Arquivo Distrital de Guarda	<a href="http://www.adguarda.pt/">http://www.adguarda.pt/</a>
Arquivo Distrital de Leiria	<a href="http://adlra.dgarq.gov.pt/">http://adlra.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Portalegre	<a href="http://adptg.dgarq.gov.pt/">http://adptg.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Santarém	<a href="http://adstr.dgarq.gov.pt/">http://adstr.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Setúbal	<a href="http://adstb.dgarq.gov.pt/">http://adstb.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Viana do Castelo	<a href="http://advct.dgarq.gov.pt/">http://advct.dgarq.gov.pt/</a>
Arquivo Distrital de Vila Real	<a href="http://www.advrl.org.pt/">http://www.advrl.org.pt/</a>
Arquivo Distrital de Viseu	<a href="http://www.ad-viscu.com/">http://www.ad-viscu.com/</a>
Arquivo Distrital de Braga	<a href="http://www.adb.uminho.pt/">http://www.adb.uminho.pt/</a>
Arquivo Distrital de Coimbra	<a href="http://www.uc.pt/auc/">http://www.uc.pt/auc/</a>

Figura 1: Endereços eletrónicos dos sítios web dos 18 arquivos distritais portugueses.

## 2.2 Arquitetura das páginas dos sítios web dos arquivos

Em terminologia mercantilista o produto resulta da combinação de bens e de serviços que a empresa oferece ao mercado para satisfazer desejos ou necessidades (KOTLER; ARMSTRONG, 2007). Conhecendo no meio arquivístico correntes que defendem não poder o arquivo ser observado com olhos empresariais acreditamos, no entanto, existir uma relação de proximidade destes dois mundos representando o sítio web um produto informativo e comercial, desde o momento da sua planificação até à sua implementação e/ou disponibilização, equacionando a missão, visão e valores da instituição; o desenho gráfico que se «expresa através de un lenguaje icónico verbal esencialmente visual.» (DÍAZ MEYER, 2008), enquadramento do texto, imagens, fundo, tamanho da letra e espaçamento das linhas, garantido o seu mercado virtual, fidelizando utilizadores e acrescentando-os com a consciência que «podem diferir em seus desejos, recursos, localizações e atitudes e práticas de compra.» (KOTLER; ARMSTRONG, 2007) para garantir a sobrevivência e posicionamento do seu negócio no mercado.

Na prática, quando se observa o *template* dos arquivos de Lisboa, Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo verificamos que, além de possuírem uma imagem homogênea e enquadrada, a linha gráfica é comum entre eles. A página inicial (*homepage*) divide-se em três painéis na horizontal e um na vertical: contém no topo um *banner* com a imagem exterior do edifício, nome da instituição, logótipo e a sua dependência orgânica, seguido de separadores; no centro têm uma secção informativa que se modifica na exploração do website; na parte inferior o painel divide-se entre o menu 'serviços' e 'outro tipo de conteúdos', podendo conter documento em destaque, e um rodapé com a designação do arquivo, mapa do sítio, comentários e sugestões e contatos; no lado direito um painel apresenta informações diversas entre os dez websites, como a caixa de pesquisa, uma opção de subscrição para RSS das notícias, informações úteis e formulários.

À medida que navegamos pelas diversas páginas web, a arquitetura dos sítios mantém-se igual, alterando-se apenas o conteúdo da secção central e lateral.

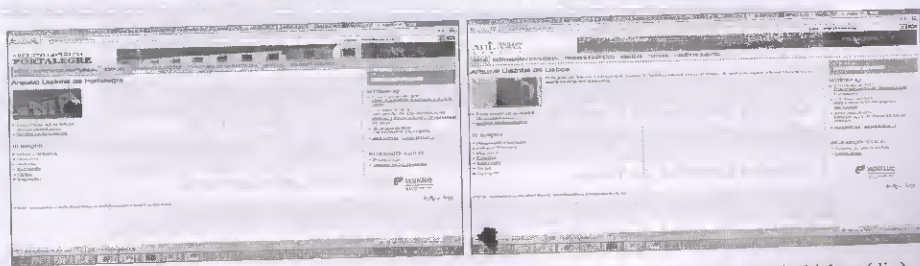


Figura 2: Páginas de abertura dos websites dos Arquivos Distritais de Portalegre (esq.) e de Lisboa (dir.)

A razão do *layout* ser igual entre os sítios observados poderá estar relacionada com uma diretiva imposta centralmente pela DGLAB o que, aliás, acontece com outras instituições públicas portuguesas (como é o caso das câmaras municipais) e com a redução de custos na produção e manutenção dos *websites* da administração pública (projeto de lei n.º 389/XI e n.º 421/ XI (PCP)) que estabelece a utilização de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado (Utilização de formatos eletrónicos livres para a administração pública, 2010). Esta opção poderá também estar relacionada com o facto dos profissionais de informação ainda acreditarem que os cibernautas, também designados ciber-clientes, serem olhados como entidade homogênea, com as mesmas exigências, necessidades, desejos, valores ou comportamento de compra, gostos e necessidades semelhantes (KOTLER, Philip; KELLER, Kevin, 2006), não os distinguindo, como acontece com os leitores presenciais.

Os sítios web de Viseu, Guarda, Faro e Vila Real apresentam cores e disposições de conteúdos diferenciados das suas congêneres. Enquanto nos websites dos arquivos de Faro e Viseu se destaca o enquadramento dos conteúdos numa caixa, que se modifica à medida que clicamos nos menus, no caso do sítio do arquivo da Guarda destacamos o banner com uma imagem em flash do edifício. Vila Real abre o website com uma apresentação mais simplista com apresentação de imagens estáticas e uma lista de menus com hiperligações aos conteúdos do website. Imagem bem diferente é fornecida pelo arquivo distrital do Porto, cujo design revela maior cuidado estético e apelativo, funcionando como referência que o distingue dos demais sítios. A sua estrutura arquitetónica também dividida em painéis, um lateral, que indica os serviços e funções do arquivo, e outro ao centro, cuja informação se modifica quando se observa os diferentes menus apresentados, e outras duas secções horizontais correspondentes ao contato, mapa do sítio, notícias relevantes sobre o arquivo e questões de arquivística. Sobre o website do arquivo de Braga e de Coimbra consideramos que a sua estrutura reflete a filosofia administrativa das respetivas universidades e, como se vê nas figuras abaixo, não possuem imagem autónoma, o que é desadequado à pretensão de trabalhar e conquistar um grupo de consumidores mais abrangente, que não apenas o público universitário.

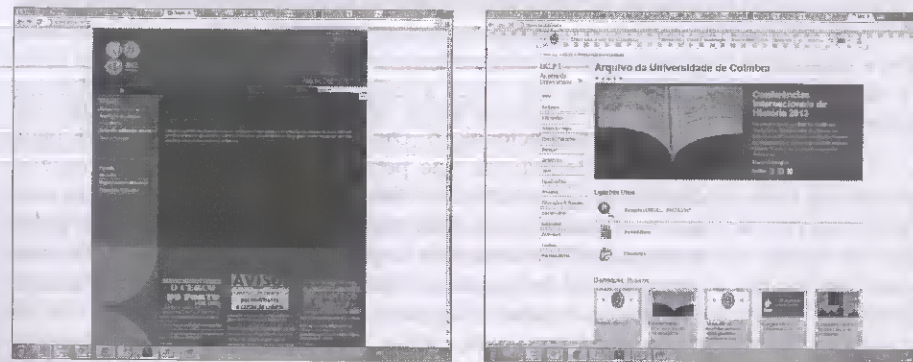


Figura 3: Homepages dos sítios web dos Arquivos Distritais do Porto (esq.) e de Coimbra (dir.)

### 2.3 Arquitetura da Informação: o que oferecem ao utilizador?

O que contém cada página web? Que informações disponibiliza? Como as disponibiliza? Procurámos responder a estas questões pela exploração de cada página web dos arquivos distritais já enumerados. Para o efeito dividimos em nove partes os principais bens, serviços e informações disponibilizados pelos dezoito websites em estudo.

#### 2.3.1 Conteúdos

Nesta análise agrupámos os conteúdos disponíveis da seguinte forma:

- os que estão relacionados com informações genéricas: horário de atendimento ao público, contactos (telefone, telefaxe e endereço eletrónico), formas de chegar aos arquivos (mapas, direções e transportes públicos), notícias, informações úteis, FAQ (*Frequently asked questions*) perguntas frequentes), formulários *on-line* (certidões de registo civil ou paroquial, notarial e judicial), notícias em arquivo, motor de pesquisa e mapa do sítio;
- os que apresentam a instituição: natureza jurídica, história, missão, visão e valores, orgânica e equipa de trabalho;
- os que apresentam os serviços: preservação e restauro, leitura e referência (regulamento da sala de leitura e regulamento de manuseamento de documentos disponibilizado em formato pdf, word e audiovisual - vídeos), pesquisas, certidões, reprografia e digitalizações (com preçários e discriminação dos serviços), visitas de estudo, aquisições/incorporações e consultadoria (acompanhada de legislação disponível em formato pdf);
- os que descrevem a matéria-prima dos arquivos e o trabalho resultante da arquivística: fundos e coleções documentais, bem como os instrumentos de descrição documental ao nível do guia, inventário, catálogo e índice (disponível em texto corrido, formato pdf ou word e vídeo);
- os que permitem acesso a um outro subdomínio a partir do endereço institucional: o Digitarq - Solução Integrada para Arquivos Definitivos, que permite ao leitor aceder a imagens digitalizadas e descrições efetuadas de acordo com as normas internacionais de descrição arquivística (ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística e ISAR (CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias) e com as ODA (Orientações para a Descrição Arquivística). No caso de Aveiro, esta base é independente do seu website institucional; Coimbra

utiliza o módulo OAI-PMH do Archeevo, afirmando ser «100% compatível com o Portal Português de Arquivos» e Braga apenas refere que aderiu a este projeto;

- os que apresentam as atividades pedagógicas e culturais: visitas de estudo, mostras e exposições documentais com visitas virtuais;
- as ações relacionadas com a promoção e comunicação da instituição: logotipos dos arquivos, notícias, *newsletters*, RSS de notícias, edições, planos de atividades e transparência administrativa e inquéritos de satisfação do leitor;
- arrendamento de espaços para conferências, reuniões e exposições;
- disponibilidade de informação do sítio em português e inglês, no caso do arquivo distrital do Porto, e nas bases de dados Digitarq.

À medida que navegamos no website de cada um destes arquivos detetamos redundâncias na informação disponibilizada, nomeadamente no que concerne ao separador *serviços*, havendo casos de repetições por três vezes na página de abertura. Mais grave, quanto a nós, é constatar a existência de menus vazios em *serviços*, *preservação e restauro* e *mensagem da direção*; os separadores com a mesma designação só fornecem informação no painel lateral, deixando a caixa central vazia ou com informação não atualizada há cerca de dois/três anos e/ou contendo informações desatualizadas, como o plano de transparência pública (2011/2012). O Arquivo distrital de Aveiro tem inativos: o acesso à legislação relativos à história da instituição. Isto, dificulta a pesquisa e torna o sítio confuso e pouco amigável para o utilizador. Por outro lado, se pensarmos que é a partir da Internet que muitos utilizadores entram pela primeira vez em contacto com as funções e acervo dos Arquivos, esta situação acaba por transmitir aos consumidores-alvos uma imagem errada sobre a eficácia e eficiência dos seus serviços. Mais uma vez cremos que esta situação pode ocorrer porque muitos destes profissionais continuam a acreditar que sendo este um serviço público e gratuito prestado à comunidade o sítio web vale por si só; e/ou acreditamos que situações como estas poderão ocorrer pelo reduzido número de colaboradores por instituição e pela prioridade dada pelas suas direções a outro tipo de tarefas, como a descrição da documentação, o que revela um maior empenho no tratamento do documento, entendido como objetivo único e primordial, em detrimento de outros serviços.

Da análise dos sítios constatámos ainda que os arquivos que mais apostam na atualização dos conteúdos e fornecem uma gama mais diversificada de serviços no seu sítio é o Arquivo Distrital do Porto. Tanto quanto à linguagem como quanto ao texto apelativo e cuidado este arquivo constitui exceção, mostrando querer chegar a um leque de utilizadores mais abrangente que não apenas aos investigadores e estudantes universitários. Os restantes usam, a título de curiosidade, a terceira pessoa do plural, isto é, uma linguagem mais formal e oficial.

Outra diferença de tratamento desta ferramenta é o cuidado de informar os cibernautas sobre o porquê da falta de informação no menu *pacotes educativos*, acabando o aviso por funcionar como um chamariz publicitário para que o público-alvo, e não só, esteja atento a possíveis novidades.

Por último, destacamos uma página dentro deste website que através de um registo e consequente autenticação permite ao leitor aceder à informação na base de dados Digitarq do Porto e o acesso condicionado pelos leitores ao menu *apoio a entidades-tribunais*, no caso de Aveiro.

## 2.4 Acessibilidade e Usabilidade Web

Por acessibilidade web entendemos «la capacidade de acceso a los contenidos por parte de los usuarios, independientemente de la discapacidad que puedan presentar» (CARRERAS MONFORT, 2008). A usabilidade nas TIC refere-se «a la capacidad de un software de ser comprendido, aprendido, usado y ser atractivo para el usuario, en condiciones específicas de uso» (ISO/IEC 9126).

No caso português estas regras são regulamentadas pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 97/99, N.º 110/2003; N.º 135/2002, N.º 110/2003 e N.º 155/2007 e pelo disposto no website Unidade de acesso: acessibilidade eletrónica para cidadãos com necessidades especiais (<http://www.acessibilidade.gov.pt/>). A nível internacional a administração pública segue as diretrizes internacionais designadas de Web Accessibility Initiative (W3C).

Voltando ao nosso objeto de estudo, verificamos haver um longo caminho a percorrer pelos arquivos portugueses numa aproximação real e abrangente à sociedade, pois só os arquivos distritais do Porto, Vila Real, Braga e Coimbra apresentam na página inicial o ícone das diretivas da W3C.



Figura 4: Símbolo da W3C que aparece na página de abertura dos websites.

Também como está descrito na página inicial do arquivo do Minho, a afixação deste símbolo só por si não representa que todos os preceitos de acessibilidade são seguidos, pois, como acrescentam «A utilização deste símbolo é um acto voluntário que demonstra, unicamente, um esforço em aumentar a acessibilidade de um sítio»

## 2.5 Geração Web: web 1.0, 2.0 ou 3.0?

### 2.5.1 Conceito

Berners-Lee, citado por Ana Amélia M. Carvalho, afirmam nos anos 90 do século XX que a Web «foi desenvolvida para ser um repositório do conhecimento humano, que permitiria que colaboradores em locais distintos partilhassem as suas ideias e todos os aspectos de um projecto comum» (CARVALHO, et al, 2008). Estamos perante o primeiro momento de utilização das ferramentas *world wide web* a Web 1.0 - caracterizando-se a Internet por ser apenas um repositório de conhecimento de informação, que funciona essencialmente com páginas estáticas, como se se tratassem de um livro ou de um jornal.

A Web 2.0, termo proposto pela empresa norte-americana O'Reilly Media em 2004, usa-se para descrever uma nova fase da rede global, em que o utilizador, também ele produtor, participa no processo de partilha de informação com a mesma rapidez e facilidade com que a recebe. Estamos perante uma nova realidade virtual em que

Os conteúdos ganharam uma dinâmica ímpar: explodiram serviços de relacionamentos sociais e página de vídeo, a internet cresceu como horizonte de oportunidades, a rede tornou-se de partilha dinâmica, aberta às interações entre utilizadores: comentários no Facebook, tweets, likes ... nasceu um mundo novo, a funcionar paralelamente ao real, mas onde as empresas e serviços passaram a atuar (PAGO, 2013).

Baseados na edição de Ivan Chew, podem identificar-se outras das ferramentas da Web 2.0: blogues, Flickr; Youtube, Wikis, RSS, Podcast; chats, creative commons, google drive, entre outros exemplos (CHEW, 2008).

A partir da leitura de outros artigos, resumimos as vantagens que o seu uso poderá trazer para os arquivos: interação com os arquivistas/ utilizadores; melhoria da qualidade dos serviços prestados (estudo do perfil do leitor e impacto no mercado); partilha de informação a nível interno (colaboradores) e externo (instituições congêneres e mercado); e captação e fidelização de novos clientes.

Nos dias de hoje fala-se já numa nova geração virtual: a Web 3.0, não havendo ainda consenso nesta designação, pois como nos diz O'Reilly «There won't be a Web 3.0 until everybody says, 'OK, the web died again,' and we rediscover it.» (O'REILLY, 2012). Todavia, esta nova etapa estará relacionada com a aplicação de «smarter computers and the digital and physical worlds merge in very real, practical ways.» (HOPKINS, 2012).

## 2.5.2 A realidade dos arquivos distritais

Uma questão se coloca quanto ao nosso objeto de estudo, em qual das gerações se enquadram os arquivos distritais portugueses? Numa resposta imediata resultante da análise feita podemos desde logo afirmar que nenhum dos dezoito arquivos está na terceira versão do mundo virtual. Farão parte da primeira geração todas os websites dos arquivos distritais portugueses na medida que os conteúdos estão dispostos de forma estática, apesar da existência de hiperligações e de desdobramento/complemento da informação em pdf e word.

Sobre o uso dos instrumentos das Web 2.0 dividimos a realidade dos arquivos distritais portugueses da seguinte forma: os que partilham conteúdos diretamente com as redes sociais mais populares: *Facebook* e *Twitter* do Arquivo de Coimbra; os que distinguem as páginas das redes sociais do website institucional: *Facebook* dos arquivos de Aveiro, Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e o de Viseu. O arquivo do Porto além de utilizar esta rede faz também uso do *Twitter* e do *LinkedIn*. Braga, além de também possuir o *Facebook*, utiliza o *Twitter* e o *Pinterest*; fora desta realidade estão os arquivos distritais de Lisboa, Portalegre e Castelo Branco; técnicas de informática: *Feed RSS* das notícias está referenciado em todos os websites com o ícone da figura 5; e os que comportam vídeos: *videos de ajuda* com a função de orientar o utilizador nos serviços e funções do arquivo do Porto (<http://pesquisa.adporto.pt/help>). Coimbra faculta um conjunto de vídeos sobre a sua documentação (<http://www.uc.pt/auc/visita/videos>).



Figura 5: Símbolo de uso da *Feed RSS*.

Face ao exposto, podemos afirmar que os arquivos distritais portugueses, parecem apostar mais na atualização e comunicação de novos conteúdos no *Facebook* do que no seu sítio web institucional. Todavia, e parafraseando Kate Theimer, ainda estão presos às imagens e textos estáticos, necessitando fazer um maior esforço para o uso pleno das ferramentas Web 2.0.

## 3 Conclusão

Do exposto concluímos que a era do conhecimento e da informação promoveu o volume e o acesso à informação, especialmente com a consolidação da Internet. Esta nova realidade não passou ao lado dos dezoito arquivos distritais portugueses pois todos possuem um sítio web, mas a forma como cada um mostra encarar esta ferramenta contradiz os preceitos de marketing pois deviam trabalhar para uma imagem de marca numa sociedade que se pretende global e adaptada ao século XXI. Assim torna-se urgente que estes arquivos façam melhor uso do seu website institucional como difusor de conhecimento e informação apostando: na introdução periódica e contínua de conteúdos; num *design* gráfico autónomo, refletindo as funções e acervo de cada instituição; no acesso das ferramentas web por todos os leitores - presenciais, cibernéticos, e cidadãos com necessidades especiais; nas potencialidades que as ferramentas web proporcionam na interação - Instituição e Sociedade, como forma de responder com celeridade e qualidade às necessidades e demandas dos utilizadores.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivone *et al.* **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p.8.
- CARRERAS MONFORT, César. Comunicación y educación no formal en los centros patrimoniales ante el reto del mundo digital. In: SANTOS, M. Mateos Rusillo (Coord.). **La comunicación global del patrimonio cultural**. Gijón: Ediciones Trea S. L., 2008. p. 297.
- CARVALHO, Ana Amélia A. (Coord). **Manual das ferramentas web 2.0 para professores**. [Portugal]: Ministério da Educação. Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento escolar; 2008.
- CHEW, Ivan. **Web 2.0 and Library Services for Young Adults: An Introduction for librarians**. 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/web-20-and-library-services-for-young-adults>>. Acesso em: 24 mar. 2013.
- DÍAZ MEYER, Gabriel. Aspectos de la comunicación visual y gráfica en la comunicación del patrimonio cultural. In: SANTOS M. Mateos Rusillo (Coord.). **La comunicación global del patrimonio cultural**. Gijón: Ediciones Trea S. L., 2008. p. 178.
- HOPPKINS, Hohns. **What Is Web 3.0, Really, and What Does It Mean for Education?** Disponível em: <<http://www.edtechmagazine.com/k12/article/2012/10/what-web-30-really-and-what-does-it-mean-education>>. Acesso em: 14 de abr. 2013.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios do marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 164, 200.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. p. 237.

NEWS RANKINGS AND REPORTS. Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico. Newsletter 14/17 de Março de 2011. Disponível em: <[http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14\\_IISerie\\_170320111\\_en.pdf](http://www.planotecnologico.pt/document/Newsletter14_IISerie_170320111_en.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2013.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 3.0, Really, and What Does It Mean for Education?** Disponível em: <<http://www.edtechmagazine.com/k12/article/2012/10/what-web-30-really-aHYPERLINK> "http://www.edtechmagazine.com/k12/article/2012/10/what-web-30-really-and-what-does-it-mean-education"nd-what-does-it-mean-education">. Acesso em: 14 de abr. de 2013.

PAGO, Ana. Empregos em rede. **Diário de Notícias**. Notícias Magazine. N. 296/125, p. 35. 24 mar. 2013.

SANTOS, Sofia. **Marketing nos sistemas arquivísticos públicos. Planificação e comunicação nos serviços de extensão cultural. Sua aplicabilidade no sistema arquivístico português: o serviço cultural educativo do Arquivo Regional da Madeira**. Tese (Doutorado)-Universidade de Alcalá, dez. 2012.

THEIMER, Kate. **Web 2.0 Tools and Strategies for Archives and Local History Collections**. New York, London: Neal-Schuman Publishers, 2004. p. IX.

USABILIDAD web. Universidad Carlos III. Madrid. Disponível em: <<http://usabilidad-web.webs.com/definicion.html>>. Acesso em: 28 mar. 2013.



**Associação dos  
Arquivistas  
Brasileiros**

100